



MARCOPOLO S/A
CNPJ Nº 88.611.835/0001-29
CVM – 00845-1 / NIRE 43300007235
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013



RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013 - Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da Marcopolo S.A. submete para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS – *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marcopolo é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, fundada em 06 de agosto de 1949, e tem por principal objetivo a fabricação de ônibus, de carrocerias para ônibus e componentes.

A linha de produtos abrange uma ampla variedade de modelos, composta pelos grupos de rodoviários, urbanos, micros e minis, além da família Volare (ônibus completo, com chassi e carroceria).

A fabricação de ônibus é realizada em dezesseis unidades fabris, sendo quatro no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul – RS, uma em Duque de Caxias – RJ, além de participação de 45,0% na empresa San Marino Ônibus e Implementos Ltda., também em Caxias do Sul – RS), e doze no exterior, sendo uma unidade própria na África do Sul, três na Austrália, além de coligadas/controladas na Argentina (2), Colômbia, Egito, Índia (2), México e uma fábrica de peças e componentes para carrocerias de ônibus na China. A Marcopolo detém ainda 40,0% de participação na empresa SPHEROS (climatização e ar-condicionado), 30,0% na WSUL (espumas para assentos), 26,0% na MVC – Componentes Plásticos Ltda., e 19,99% na empresa canadense New Flyer. Além das empresas mencionadas, a Marcopolo detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos Marcopolo.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

Na tabela abaixo, estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2013.

DADOS CONSOLIDADOS (R\$ em milhões, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Operacional	2013	2012	Var. %
Receita Operacional Líquida	3.659,3	3.369,9	8,6
- Receitas no Brasil	2.509,1	2.299,9	9,1
- Receitas no exterior	1.150,2	1.070,0	7,5
Lucro Bruto	730,5	693,0	5,4
<i>EBITDA</i> ⁽¹⁾	435,1	412,7	5,4
Lucro Líquido	292,1	302,4	(3,4)
Lucro por ação	0,327	0,338	(3,3)
Retorno sobre o Capital Investido – ROIC ⁽²⁾	16,2%	18,0%	(1,8)pp
Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE ⁽³⁾	22,5%	26,0%	(3,5)pp
Investimentos	300,0	224,3	33,7
Patrimônio Líquido	1.515,9	1.299,9	16,6
Posição Financeira: Segmento Industrial			
Caixa, Equivalente a Caixa e Aplicações Financeiras	761,2	497,3	53,1
Passivo Financeiro de Curto Prazo	148,0	528,4	(72,0)
Passivo Financeiro de Longo Prazo	998,8	107,5	829,1
Passivo Financeiro Líquido	385,6	138,6	178,2
Posição Financeira: Segmentos Industrial e Financeiro			
Caixa, Equivalentes a Caixa e Aplicações Financeiras	795,4	531,6	49,6
Passivo Financeiro de Curto Prazo	367,6	722,7	(49,1)
Passivo Financeiro de Longo Prazo	1.468,6	528,0	178,1
Passivo Financeiro Líquido	1.040,8	719,1	44,7
Margens			
Margem Bruta	20,0%	20,6%	(0,6)pp
Margem <i>EBITDA</i>	11,9%	12,2%	(0,3)pp
Margem Líquida	8,0%	9,0%	(1,0)pp

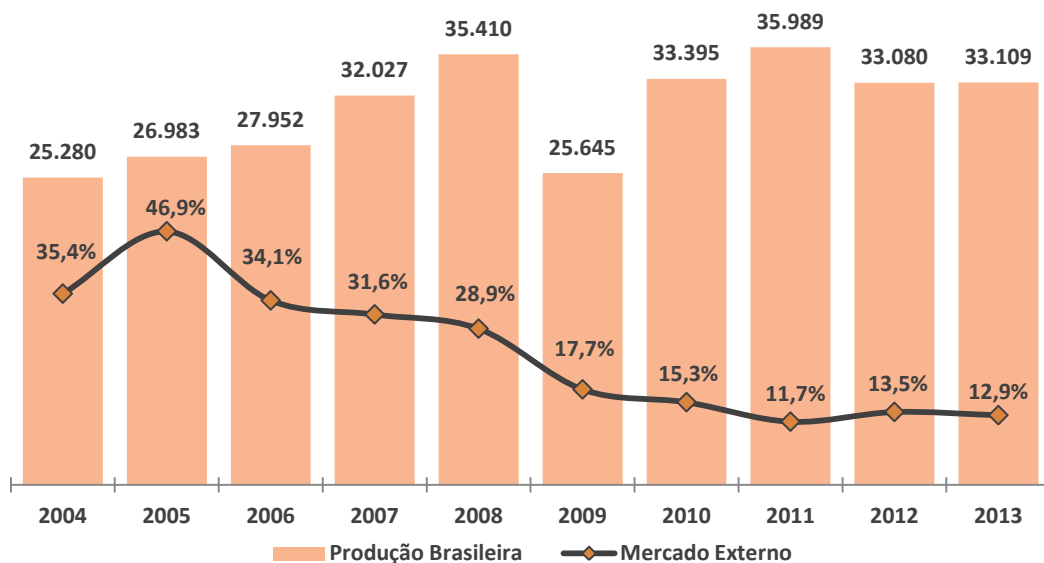
Notas: ⁽¹⁾ *EBITDA* = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações; ⁽²⁾ ROIC (*Return on Invested Capital*) = *EBIT*/(estoques + clientes + imobilizado + intangível - fornecedores); ⁽³⁾ ROE (*Return on Equity*) = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Inicial; pp = pontos percentuais.

3. DESEMPENHO DO SETOR DE ÔNIBUS NO BRASIL

A produção brasileira em 2013 alcançou 33.109 unidades, volume um pouco superior às 33.080 unidades produzidas em 2012. Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o VOLARE não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção desse tipo de veículo, a produção nacional seria de 38.589 unidades no ano.

A demanda no mercado interno atingiu 28.827 unidades, alta de 0,7% em relação ao ano de 2012, enquanto que a produção destinada ao mercado externo foi de 4.282 unidades, 3,9% abaixo das exportações do ano anterior.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos últimos dez anos da produção brasileira de carrocerias de ônibus:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – TOTAL (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2009	2010	2011	2012	2013
Rodoviários	6.456	8.903	10.467	9.117	10.216
Urbanos	15.093	19.131	20.347	18.944	17.938
Micros	3.075	4.299	5.099	5.019	4.955
SUBTOTAL	24.624	32.333	35.913	33.080	33.109
Minis ⁽²⁾	1.021	1.062	76	-	-
TOTAL	25.645	33.395	35.989	33.080	33.109

Fontes: FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus) e SIMEFRE (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários).

Notas: ⁽¹⁾ Inclui as unidades exportadas em KD (desmontadas); ⁽²⁾ Os dados de produção dos Minis não incluem a produção de unidades integrais, tipo Volare.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – MERCADO INTERNO (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2009	2010	2011	2012	2013
Rodoviários	4.066	6.506	8.051	6.970	7.666
Urbanos	13.329	16.969	19.511	17.752	17.011
Micros	2.708	3.753	4.131	3.900	4.150
SUBTOTAL	20.103	27.228	31.693	28.622	28.827
Minis ⁽²⁾	1.009	1.057	68	-	-
TOTAL	21.112	28.285	31.761	28.622	28.827

Nota: Vide notas do quadro – Produção Brasileira de Ônibus – TOTAL.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – MERCADO EXTERNO (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2009	2010	2011	2012	2013
Rodoviários	2.390	2.397	2.416	2.147	2.550
Urbanos	1.764	2.162	836	1.192	927
Micros	367	546	968	1.119	805
SUBTOTAL	4.521	5.105	4.220	4.458	4.282
Minis ⁽²⁾	12	5	8	-	-
TOTAL	4.533	5.110	4.228	4.458	4.282

Nota: Vide notas do quadro – Produção Brasileira de Ônibus – TOTAL.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL DA MARCOPOLO

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de novos desafios e turbulências para a indústria de ônibus e carrocerias no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre.

Em junho, as manifestações populares, que iniciaram em decorrência do aumento anunciado das tarifas de ônibus e que depois se somaram a outras reivindicações, exigiram a redução das tarifas e melhorias no transporte público. Como consequência, alguns governos municipais decidiram por congelar as tarifas de ônibus urbanos.

Até então, a Marcopolo vinha operando com bons volumes de pedidos em carteira, tanto de modelos rodoviários como urbanos. A partir do 4T13, em decorrência do congelamento das tarifas, a demanda por ônibus urbanos foi reduzida. Somado a isso, a publicação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) do edital de licitação das linhas interestaduais trouxe incertezas também para o mercado de ônibus rodoviários, afetando a entrada de novos pedidos.

A despeito do cenário mais desafiador, a receita líquida da Marcopolo cresceu 9,1% no mercado interno e 7,5% no mercado externo em comparação com o ano anterior. A produção no Brasil cresceu 5,0% em relação a 2012, e a produção mundial consolidada aumentou 4,0% no mesmo período.

Embora seja inegável que as ações em todas as esferas do governo, tanto federal, estadual e municipal, visem prover um transporte público mais organizado, com ônibus mais novos e que propiciem maior conforto e rapidez aos usuários, especialmente através de sistemas de BRTs (*Bus Rapid Transit*), os impactos a curto prazo refletiram em uma demanda mais fraca ao final de 2013 e ainda trazem incertezas para o setor de ônibus no Brasil.

Todavia, no médio e longo prazo, essas ações deverão convergir para uma aceleração na renovação da frota de ônibus para atender as novas exigências e regulamentações, dentre as quais a limitação da idade máxima e a maior frequência de operações, beneficiando as empresas fabricantes de carrocerias.

No mercado externo, a receita advinda das exportações a partir do Brasil foi beneficiada pela desvalorização do real frente ao dólar norte americano e pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (REINTEGRA), válido até o final de

2013. Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, o destaque foi a Volgren na Austrália, cuja produção aumentou 21,6% em 2013 em relação a 2012. No total, as operações da Marcopolo no exterior contribuíram com um volume de 2.154 unidades em 2013.

Quanto ao financiamento, a linha de crédito FINAME-PSI do BNDES foi renovada até o final de 2014 com juros de 6,0% ao ano, ainda atrativa para a aquisição de bens de capital no Brasil.

No final do ano, o Governo Federal anunciou um novo pregão eletrônico referente ao programa “Caminho da Escola”, para a compra de até 8.000 unidades. A Marcopolo, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de fevereiro de 2014, habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades. Desse volume, cujas entregas deverão se estender por 2014 e que estão em fase de formalização da documentação, 1.500 unidades deverão ser produzidas pela empresa em sua unidade Volare, localizada em Caxias do Sul, RS, e 2.600 unidades deverão ser produzidas na Marcopolo Rio, localizada em Duque de Caxias, RJ.

No dia 23 de janeiro de 2013, a Marcopolo assinou contrato de investimento estratégico no valor de C\$116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever, em duas parcelas, 11.087.834 novas ações ordinárias da New Flyer Industries Inc. (NFI), representando 19,99% do capital social dessa Companhia. A primeira parcela foi utilizada pela NFI para adquirir a parte de reposição de peças (*after market*) da empresa Orion, e a segunda para financiar parte da aquisição da empresa NABI (North American Bus Industries).

Em 05 de agosto, a Companhia anunciou o aumento do capital social, que passou de R\$ 700,0 milhões para R\$ 1,2 bilhão. O aumento aprovado ocorreu com bonificação de 448.450.042 ações. Assim, o número total de ações ON passou para 341.625.744 ações e 555.274.340 ações PNs, totalizando 896.900.084 ações. Esse aumento de capital decorreu da necessidade da Companhia de incorporar parte das reservas de lucro, cujo limite fora ultrapassado.

No dia 25 de novembro, o Conselho de Administração aprovou a recompra de até vinte milhões de ações preferenciais, correspondendo a 3,6% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação no mercado, com prazo de encerramento em 25 de março de 2014.

Ainda em 2013, a Marcopolo realizou o lançamento da nova geração do modelo urbano Torino. O novo modelo apresenta materiais mais leves e modernos que aumentam a eficiência e a funcionalidade do veículo.

Por fim, vale destacar que a Marcopolo receberá, no próximo dia 28 de fevereiro, na Alemanha, o Prêmio iF Product Design Award 2014, na categoria Transportes, pelo desenvolvimento do ônibus Viale BRT, em cerimônia durante a semana de design de Munique. O Viale BRT foi concebido a partir de tendências mundiais em design para o transporte de massa e recebeu o reconhecimento por se destacar em critérios como grau de inovação, qualidade do design, escolha dos materiais, impacto ambiental, segurança e acessibilidade, entre outros.

4.1 Unidades Registradas na Receita Líquida

Em 2013, foram registradas na receita líquida 20.504 unidades, sendo 18.268 unidades no mercado interno, representando 89,1% do consolidado e 2.236 unidades no mercado externo, representando os demais 10,9% do total, conforme apresentado na tabela a seguir:

OPERAÇÕES (em unidades)	2013	2012	Var. %
BRASIL			
- Mercado Interno	16.249	15.389	5,6
- Mercado Externo	2.163	2.610	(17,1)
SUBTOTAL	18.412	17.999	2,3
Eliminações KD's exportados ⁽¹⁾	144	125	15,2
TOTAL NO BRASIL	18.268	17.874	2,2
EXTERIOR			
- África do Sul	340	271	25,5
- Austrália	529	435	21,6
- México	1.367	1.571	(13,0)
TOTAL NO EXTERIOR	2.236	2.277	(1,8)
TOTAL GERAL	20.504	20.151	1,8

Nota: ⁽¹⁾ KD (Knock Down) = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

4.2 Produção

Em 2013, a produção consolidada da Marcopolo totalizou 20.643 unidades, 4,0% superior às 19.853 unidades fabricadas no exercício de 2012. Desse total, 89,6% foram produzidas no Brasil e as demais 10,4% no exterior. Os dados sobre a produção mundial da Marcopolo são apresentados nos quadros que seguem:

MARCOPOLO – PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA

OPERAÇÕES (em unidades)	2013	2012	Var. %
BRASIL: ⁽¹⁾			
- Mercado Interno	16.537	15.096	9,5
- Mercado Externo	2.129	2.635	(19,2)
SUBTOTAL	18.666	17.731	5,3
Eliminações KD's exportados ⁽²⁾	177	128	38,3
TOTAL NO BRASIL	18.489	17.603	5,0
EXTERIOR:			
- África do Sul	258	244	5,7
- Austrália	529	435	21,6
- México	1.367	1.571	(13,0)
TOTAL NO EXTERIOR	2.154	2.250	(4,3)
TOTAL GERAL	20.643	19.853	4,0

Notas: ⁽¹⁾ Inclui a produção do modelo Volare, bem como a produção da Marcopolo Rio (5.750 unidades em 2013 e 5.517 unidades em 2012); ⁽²⁾ KD (Knock Down) = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

MARCOPOLO – PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA POR MODELO

PRODUTOS/MERCADOS ⁽²⁾ (em unidades)	2013			2012		
	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL
Rodoviários	4.487	1.195	5.682	4.286	1.106	5.392
Urbanos	6.013	2.232	8.245	6.032	2.621	8.653
Micros	792	444	1.236	618	525	1.143
SUBTOTAL	11.292	3.871	15.163	10.936	4.252	15.188
Volares ⁽³⁾	5.245	235	5.480	4.160	505	4.665
PRODUÇÃO TOTAL	16.537	4.106	20.643	15.096	4.757	19.853

Notas: ⁽¹⁾ Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas em KD (carrocerias parcial ou totalmente desmontadas) que somaram, em 2013, 177 unidades, contra 128 unidades em 2012; ⁽²⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; ⁽³⁾ A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, ou da produção do setor.

MARCOPOLO – PRODUÇÃO NO BRASIL

PRODUTOS/MERCADOS ⁽²⁾ (em unidades)	2013			2012		
	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL
Rodoviários	4.487	1.235	5.722	4.286	1.088	5.374
Urbanos	6.013	215	6.228	6.032	517	6.549
Micros	792	444	1.236	618	525	1.143
SUBTOTAL	11.292	1.894	13.186	10.936	2.130	13.066
Volares ⁽³⁾	5.245	235	5.480	4.160	505	4.665
PRODUÇÃO TOTAL	16.537	2.129	18.666	15.096	2.635	17.731

Nota: Vide notas do quadro Produção Mundial Consolidada por Modelo.

4.3 Participação de Mercado

A Marcopolo manteve sua posição de liderança no mercado brasileiro, registrando um *market share* de 39,8% em 2013. A tabela abaixo destaca a participação de mercado da Marcopolo na produção brasileira por linha de produto.

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2013	2012	2011	2010	2009
Rodoviários	56,0	58,9	61,5	64,3	54,1
Urbanos	34,7	34,6	35,1	34,3	33,2
Micros	24,9	22,8	22,4	21,0	17,7
Minis ⁽²⁾	-	-	-	46,9	35,7
TOTAL	39,8	39,5	40,9	41,0	36,7

Fonte: FABUS e SIMEFRE

Notas: ⁽¹⁾ Inclui 100,0% da Marcopolo Rio; ⁽²⁾ O Volare não está computado para efeito de participação no mercado.

5. RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.659,3 milhões em 2013, 8,6% acima dos R\$ 3.369,9 milhões do exercício de 2012. Esse resultado é proveniente do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.509,1 milhões ou 68,6% da receita líquida total (68,2% em 2012). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.150,2 milhões ou 31,4% do total, contra R\$ 1.070,0 milhões no exercício anterior, crescimento de 7,5%. As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo:

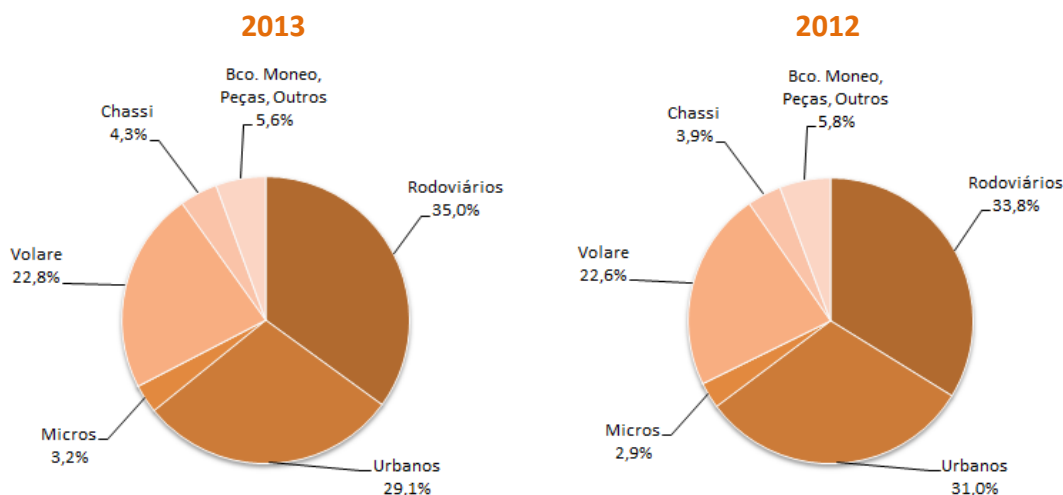
RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA POR PRODUTOS E MERCADOS (R\$ milhões)

PRODUTOS	2013		2012		TOTAL	
	MI	ME	MI	ME	2013	2012
Rodoviários	863,7	418,3	789,2	350,1	1.282,0	1.139,3
Urbanos	570,1	495,3	577,0	466,5	1.065,4	1.043,5
Micros	75,9	42,4	60,2	40,0	118,3	100,2
Subtotal carrocerias	1.509,7	956,0	1.426,4	856,6	2.465,7	2.283,0
Volares ⁽¹⁾	794,3	38,3	693,1	67,9	832,6	761,0
Chassi	103,5	52,0	87,6	43,0	155,5	130,6
Bco. Moneo, Peças, Outros	101,6	103,9	92,8	102,5	205,5	195,3
TOTAL GERAL	2.509,1	1.150,2	2.299,9	1.070,0	3.659,3	3.369,9

Nota: ⁽¹⁾ A receita dos Volares inclui os chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2013, 67,3% originou-se das vendas de carrocerias, 22,8% da comercialização de Volares, e 9,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Os gráficos abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %):



6. RESULTADO BRUTO E MARGENS

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 730,5 milhões, 5,4% superior aos R\$ 693,0 milhões de 2012, ou 20,0% da receita líquida (20,6% em 2012). Assim como a receita, o crescimento do lucro decorre do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares.

7. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas somaram R\$ 179,9 milhões em 2013, ou 4,9% da receita líquida, contra R\$ 195,6 milhões, ou 5,8% da receita, em 2012. A redução das despesas com vendas é explicada pela reversão de provisão para devedores duvidosos no montante líquido de R\$ 6,8 milhões em 2013, enquanto que em 2012 houve uma constituição de R\$ 12,2 milhões.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 173,8 milhões em 2013 e R\$ 150,8 milhões em 2012, representando 4,7% e 4,5% da receita líquida, respectivamente. O aumento é explicado, principalmente, pelo ajuste salarial proveniente de acordos coletivos e do maior valor das despesas das empresas controladas no exterior, oriundo especialmente do efeito da variação cambial e de despesas não recorrentes.

9. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2013, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 6,9 milhões negativos, decorrentes de pagamento e provisionamento de contingências tributárias e trabalhistas.

10. RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial em 2013 foi de R\$ 25,0 milhões contra R\$ 28,3 milhões em 2012. O resultado da equivalência patrimonial é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa 11 às Demonstrações Financeiras.

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 4,6 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 25,6 milhões em 2012. O menor resultado decorre principalmente do custo proveniente de captações de recursos para o investimento na New Flyer.

12. EBITDA

O EBITDA alcançou R\$ 435,1 milhões em 2013, 5,4% superior aos R\$ 412,7 milhões de 2012. A tabela abaixo destaca as contas que compõem o EBITDA:

(R\$ milhões)	2013	2012	Var. %
Resultado Operacional	390,2	400,9	(2,7)
Receitas Financeiras	(196,1)	(201,0)	2,4
Despesas Financeiras	200,8	175,4	14,5
Depreciações / Amortizações	40,2	37,4	7,5
EBITDA	435,1	412,7	5,4
Equivalência Patrimonial	(25,0)	(28,3)	11,7
EBITDA Ajustado sem a Equivalência	410,1	384,4	6,7

13. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2013 atingiu R\$ 292,1 milhões, com margem líquida de 8,0%, contra R\$ 302,4 milhões e margem de 9,0% em 2012. A redução do lucro decorre do menor resultado financeiro em 2013.

14. ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento financeiro líquido totalizava R\$ 1.040,8 milhões em 31.12.2013 (R\$ 719,1 milhões em 31.12.2012). Desse total, R\$ 655,2 milhões eram provenientes do segmento financeiro, enquanto que o segmento industrial apresentou passivo líquido de R\$ 385,6 milhões.

Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades operacionais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 28 às Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,9x o EBITDA dos últimos 12 meses.

15. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2013, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 180,0 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 300,0 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 366,2 milhões, sendo R\$ 510,4 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 136,0 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e

R\$ 8,2 milhões referentes ao saldo líquido de vendas e compras de ações durante o ano. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 374,2 milhões, somando R\$ 4,3 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 624,7 milhões ao final do ano. A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa 29 às Demonstrações Financeiras.

16. DESEMPENHO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS

16.1 Controladas

Em 2013, as unidades controladas no exterior produziram 2.154 unidades. Esse volume representou 10,4% da produção consolidada da Marcopolo. Abaixo estão descritos os principais destaques das controladas no exterior e do Banco Moneo:

VOLGREN. Sediada em Melbourne – Austrália, a Volgren produziu 529 unidades em 2013. Durante o ano, a Companhia seguiu o plano para redução de custos fixos com objetivo de obter ganhos de eficiência e melhora de margens. Ainda em 2013, iniciou a importação de um modelo rodoviário da Marcopolo China para atender ao mercado local. Em 2014, a Companhia estima produzir 500 unidades, conforme *guidance* divulgado ao mercado no dia 16 dezembro de 2013.

MARCOPOLO CHINA - MAC. Localizada na cidade de Jiangyin, a Marcopolo China conta com uma área de engenharia de desenvolvimento, de *sourcing* e de produção de peças, componentes e de carrocerias de ônibus desmontadas.

POLOMEX. Localizada no México, a Polomex produziu 1.367 unidades em 2013, apresentando uma retração de 13,0% em comparação com o ano anterior. No ano, a empresa iniciou a produção da linha de rodoviários da família Geração 7, que foi muito bem aceito pelo mercado. Em 2014, a Polomex espera produzir 2.000 unidades.

MARCOPOLO SOUTH AFRICA. Em 2013, a Marcopolo South Africa – MASA, localizada em Johannesburgo, produziu 258 unidades, apresentando um crescimento de 5,7% em relação a 2012. Para 2014, a Companhia já possui lotes fechados para a renovação dos sistemas de transporte de Johannesburgo e Pretória. A expectativa total de produção da MASA é de 350 unidades.

BANCO MONEO. As atividades do Banco Moneo S.A. iniciaram em julho de 2005 com a finalidade de financiar os produtos da Marcopolo. O Banco está autorizado a atuar nas carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimentos. Em 2013, o lucro do banco foi de R\$ 24,4 milhões, com destaque para a redução dos níveis de inadimplência. As operações de crédito e avais totalizavam, em 31.12.2013, R\$ 840,9 milhões, contra R\$ 772,9 milhões em 31.12.2012. O Banco manteve a política de priorizar a qualidade da sua carteira de crédito, por meio de um rigoroso sistema de avaliação e aprovação de crédito, adotada desde 2011 e

aperfeiçoada ano após ano, que tem se provado acertada, visto a manutenção de resultados positivos mesmo com a redução dos *spreads* decorrentes das quedas de taxas do mercado.

16.2 Coligadas

METALPAR. A participação de 50,0% da Marcopolo na Metalpar, localizada na Argentina, propiciou a consolidação de 1.132 unidades em 2013, representando uma alta de 51,5% em comparação com o ano anterior. O mercado argentino de ônibus vem recuperando-se gradualmente da retração iniciada em 2012. Em decorrência de uma nova legislação do Distrito de Buenos Aires, onde todos os ônibus deverão ter ar-condicionado, a estimativa é que a produção permaneça aquecida neste ano. Além da produção local de modelos urbanos, a Marcopolo tem na Argentina um dos principais destinos para suas exportações. Em 2014, a Metalpar estima produzir um total de 2.100 unidades, das quais 1.050 unidades correspondem à participação da Marcopolo na empresa. Em relação à Metalsur, foram produzidos 145 unidades de ônibus *Double-Decker* em 2013.

GB POLO. A *joint venture* da Marcopolo no Egito, localizada na cidade de Suez, produziu 539 unidades, o que representou um aumento de 5,6% em relação ao ano anterior. Embora o mercado egípcio siga afetado pelas incertezas políticas, a GB Polo desenvolveu novos produtos e buscou novos mercados, especialmente para a exportação. A expectativa de produção para 2014 é de 850 unidades.

SUPERPOLO. Localizada na Colômbia, a Superpolo produziu 1.810 unidades em 2013, representando um crescimento de 12,1% em comparação com o ano anterior. O mercado local segue aquecido e a expectativa de produção da empresa é de 2.000 unidades em 2014.

TATA MARCOPOLO MOTORS LMTD. Em 2013, o mercado indiano para veículos leves e pesados apresentou retração, em função das condições econômicas menos favoráveis no país, que culminaram com o aumento da taxa básica de juros, da inflação e um crescimento abaixo do esperado. A produção da TMML atingiu 11.837 unidades, 25,2% abaixo da produção de 2012. Para 2014, a expectativa é de uma retomada gradual do mercado, impulsionado também pela compra já anunciada por parte do governo de 10.000 ônibus. Adicionalmente, a TMML desenvolveu novos modelos de carrocerias com vistas a atingir outros nichos de mercado. Conforme *guidance* divulgado no dia 16 de dezembro de 2013, a expectativa de produção da TMML em 2014 é de 14.700 unidades.

NEW FLYER INDUSTRIES, INC. No dia 23 de janeiro de 2013 a Marcopolo assinou um contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias. A subscrição ocorreu em duas parcelas, sendo que a primeira parcela foi utilizada pela NFI para adquirir a

parte de reposição de peças (*after market*) da empresa Orion, e a segunda para financiar parte da aquisição da empresa NABI (North American Bus Industries, Inc). A New Flyer, sediada em Winnipeg, Canadá, é líder na produção de ônibus urbanos no Canadá e Estados Unidos e é reconhecida por seu pioneirismo e inovação na aplicação de novas tecnologias, oferecendo a mais ampla linha de produtos nos Estados Unidos, incluindo sistemas de acionamento por diesel limpo, gás natural, motores elétricos e híbridos. As empresas assinaram também um Memorando de Entendimento para explorar oportunidades de cooperação em questões de engenharia, técnicas, de compra e operacionais, com foco na redução dos custos de fabricação e pós-venda de peças da New Flyer.

17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marcopolo adota boas práticas de Governança Corporativa, seguindo os princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. As ações estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2002. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A gestão da Marcopolo é formalizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e da Diretoria. O Conselho de Administração é constituído por sete membros, dos quais quatro são externos e independentes, sendo um eleito pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e outros dois pelos controladores. A Companhia conta, também, com um Conselho Fiscal, composto de três membros, um indicado pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e um pelos controladores. As competências de cada órgão estão definidas no Estatuto Social da Companhia. Para auxiliar, opinar e apoiar na condução dos negócios, o Conselho de Administração conta ainda com os seguintes Comitês: (i) Auditoria e Riscos; (ii) Recursos Humanos e Ética; e (iii) Estratégia e Inovação.

A Companhia dispensa tratamento justo e igualitário a todos os minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*). Na divulgação de informações, utiliza elevados padrões de transparência, buscando estabelecer um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. Para atender dispositivos legais e aprimorar as informações prestadas ao mercado em geral e aos acionistas estrangeiros em particular, as Demonstrações Financeiras são divulgadas conforme padrões estabelecidos pelo IFRS - *International Financial Reporting Standard*. Em 2013, a Companhia realizou reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC) em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, bem como *non-deal road shows* no Brasil e no exterior. O relacionamento da Marcopolo com seus acionistas e potenciais investidores é feito pela área de Relações com Investidores. Em 2013, foram recebidos analistas do país e do exterior e realizados inúmeros contatos telefônicos, além da sétima edição do Marcopolo Day, evento no qual a Companhia recebe

analistas e investidores em suas instalações em Caxias do Sul para uma apresentação sobre a empresa e sua estratégia, seus produtos e seu processo produtivo. O *website* da área de Relações com Investidores da Marcopolo (www.marcopolo.com.br/ri) possui conteúdo atualizado para atender ao público investidor.

18. AUDITORES INDEPENDENTES

18.1 Troca de Auditores Independentes

Em 2012, a Companhia realizou o rodízio de seus auditores, contratando a KPMG Auditores Independentes, com sede em Porto Alegre, RS, Av. Borges de Medeiros, 2.233, 8º andar, em substituição à PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes.

18.2 Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, a Marcopolo declara possuir outros contratos com seus Auditores Independentes que não relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Durante o exercício de 2013, firmas da rede KPMG no exterior foram contratadas para serviços adicionais de assessoria e *Due Dilligence*, e os honorários foram equivalentes a R\$ 1,4 milhão. A responsabilidade pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativas da Administração, assim, é entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores externos que tais serviços não afetam a independência profissional.

19. MERCADO DE CAPITAIS

19.1 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 1,2 bilhão dividido em 896.900.048 ações, sendo 341.625.744 ações ordinárias (38,1%) e 555.274.340 ações preferenciais (61,9%), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

19.2 Desempenho das Ações Marcopolo na BM&FBovespa

As ações preferenciais da Marcopolo obtiveram desvalorização de 20,1% em 2013, contra desvalorização de 15,5% do Ibovespa. Em 2013, foram realizadas 1.106,4 mil transações, crescimento de 59,8% sobre as 328,2 mil realizadas em 2012, e negociadas 455,8 milhões de ações. As negociações com ações de emissão da Marcopolo movimentaram R\$ 4,0 bilhões no ano, volume este 16,9% superior ao de 2012. A participação de investidores estrangeiros no capital social da Marcopolo totalizava, em 31.12.2013, 51,7% das ações preferenciais e 34,4% do capital social total. Em outubro de 2013, a Marcopolo recebeu em São Paulo o Prêmio Abrasca de Criação de Valor, como melhor caso de criação de valor de 2010 a 2012. No período, a

Marcopolo criou 62,17% de valor aos seus acionistas. Além dos destaques econômico-financeiros, a Marcopolo recebeu conceito excelente nos quesitos: governança corporativa, controle de riscos, transparência e atuação da área de relações com investidores em uma pesquisa qualitativa junto a analistas especializados na Companhia. A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores relacionados ao mercado de capitais:

INDICADORES	2013	2012
Número de transações (milhares)	1.106,4	692,5
Ações Negociadas (milhões)	455,8	328,2
Valor transacionado (R\$ milhões)	3.971,7	3.397,2
Valor de mercado (R\$ milhões) ^{(1)(2)(*)}	4.553,1	5.705,9
Valor patrimonial por ação (R\$) ^(*)	1,69	1,45
Cotação POMO4 (Último dia útil) ^(*)	5,10	6,38
Juros sobre o Capital Próprio e dividendos por ação (R\$/ação) ^(*)	0,145	0,160

Nota: ⁽¹⁾ Cotação da última transação do período da ação Preferencial Escritural (PE), multiplicado pelo total das ações (OE+PE), no mesmo período. ⁽²⁾ Desse total, 4.134.874 ações preferenciais encontravam-se em tesouraria em 31.12.2013. ^(*) Os dados estão atualizados para refletir a bonificação de 100,0% concedida conforme Reunião do Conselho de Administração de 05.08.2013.

20. DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de fevereiro de 2013, foi aprovado o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio relativos aos primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2013 no valor total de R\$ 0,035 por ação antes da bonificação. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de novembro de 2013, foi aprovado o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, no valor de R\$ 0,0175 por ação (4ª. Etapa 2013). Já em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de fevereiro de 2014, foi aprovado o pagamento a título de dividendos relativos ao exercício de 2013, no valor de R\$ 0,075 por ação. Os valores dos juros (4ª. Etapa 2013) e dos dividendos referentes ao exercício 2013 serão pagos a partir do dia 31.03.2014. O valor total proposto para pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio e de dividendos referentes ao exercício de 2013 totaliza R\$ 129,3 milhões, sendo R\$ 62,6 milhões a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 66,7 milhões a título de dividendos. O valor total distribuído equivale a 44,3% do lucro líquido ajustado da Companhia em 2013 e representa um *yield* (dividendo por ação / cotação da ação ao final do exercício) de 2,8%.

21. INVESTIMENTOS/IMOBILIZAÇÕES

Em 2013, a Marcopolo investiu R\$ 300,0 milhões dos quais R\$ 52,3 milhões foram despendidos na controladora e aplicados em: R\$ 17,3 milhões em máquinas e equipamentos; R\$ 27,9 milhões em terrenos, prédios e benfeitorias; R\$ 4,6 milhões em equipamentos de informática e softwares e R\$ 2,5 milhões em outras imobilizações. Nas controladas, foram investidos R\$ 237,9 milhões na aquisição da participação de

19,99% na New Flyer; R\$ 15,2 milhões na Marcopolo Rio; R\$ 4,6 milhões na Polomex; R\$ 3,9 milhões na Volare Espírito Santo; R\$ 2,6 milhões na Volgren e R\$ 4,5 milhões nas demais unidades. O saldo líquido dos investimentos nas controladas, descontados os R\$ 21,0 milhões recebidos a título de dividendos, foi de R\$ 247,7 milhões.

22. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Marcopolo mantém compromisso permanente com a adoção de práticas que contribuem para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias e da sociedade como um todo. O Sistema Marcopolo de Produção Solidária – SIMPS se constitui de uma estratégia de competição industrial para o crescimento, liderança de mercado, produtividade, qualidade, melhoria do ambiente de trabalho e rentabilidade dos produtos e serviços. O sistema proporciona condições para melhorar continuamente a qualidade de seus produtos, processos e serviços, controlando os impactos ao meio ambiente, à saúde e segurança dos colaboradores, eliminando os desperdícios onde quer que eles estejam ocorrendo, mantendo uma cadeia totalmente integrada. A Marcopolo permanece certificada nas normas internacionais de gestão ISO 14001 - Meio Ambiente, ISO 9001 - Qualidade, OHSAS 18001 – Saúde e Segurança e SA 8000 – Responsabilidade Social.

22.1 Responsabilidade Social

A Marcopolo e seus colaboradores desenvolvem a responsabilidade social sob coordenação da Fundação Marcopolo, através de diversos programas nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Dentre os projetos voltados para a comunidade, destaca-se o Projeto Escolas, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do ambiente educacional, das relações da comunidade escolar e da formação para a cidadania. O Projeto Escolas oportuniza atividades diversificadas no turno contrário da escola como futsal, xadrez, coral, orquestra de flautas, entre outros. A Fundação Marcopolo também realiza contribuições mensais para instituições da comunidade na área de saúde e educação. Destacamos a contribuição com o Instituto Bruno Segalla, que atende cerca de 10 mil crianças e adolescentes através de diferentes projetos.

A Marcopolo, o Banco Moneo e a Marcopolo Rio repassam 1,0% do Imposto de Renda Devido para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente das cidades de Caxias do Sul (RS) e Duque de Caxias (RJ), onde as empresas estão instaladas. A Fundação Marcopolo também estimula e facilita através do Projeto Destine Você Também a destinação de 6,0% através do Imposto de Renda Devido Pessoa Física de seus colaboradores para os referidos Fundos Municipais, gerando recursos para o desenvolvimento de projetos sociais voltados a crianças e adolescentes nas cidades onde as empresas estão localizadas.

Nas unidades fora do Brasil, ações específicas são realizadas de acordo com as necessidades identificadas junto à comunidade local, com especial atenção para demandas na área de saúde e educação.

22.2 Satisfação dos Colaboradores

A satisfação dos colaboradores da empresa é medida por meio da Pesquisa Interna de Clima Organizacional, que ocorre a cada dois anos e é realizada pela equipe de Comunicação Interna da Companhia. A última pesquisa foi realizada em outubro de 2012, como acompanhamento da pesquisa anterior, obtendo 69,0% como média geral de satisfação nas unidades do Brasil. As ações de melhoria foram desenvolvidas ao longo de 2013. A empresa também disponibiliza canais de ouvidoria internos para que os colaboradores possam enviar comentários, críticas, ideias e sugestões sobre os diversos assuntos que envolvem o seu trabalho, além da rede de comunicação ViaPolo, que inclui enquetes na Intranet sobre temas específicos.

22.3 Educação e Treinamento

A Marcopolo acredita que o desenvolvimento de seus colaboradores é um pilar fundamental para seu crescimento sustentável. Com essa crença, realizou no ano de 2013 treinamentos operacionais focados nos processos e na qualidade de seus produtos, com uma média de 63 horas por colaborador. Para isso utilizou o seu Centro de Treinamento na Unidade Ana Rech, que conta com células específicas e independentes de cada área e/ou etapa do processo de produção da Marcopolo, e o Centro de Treinamento na unidade do Rio de Janeiro. Também foram realizados treinamentos para os clientes, com 2.133 participantes no mercado interno e 596 participantes no mercado externo.

Os programas de desenvolvimento de gestores abrangeram 320 participantes, tendo como foco as competências de Liderança de Pessoas e Desenvolvimento de Pessoas e Equipes. A empresa também implementou um Programa de Idiomas visando a capacitação dos profissionais em várias áreas de trabalho. Como complementação do desenvolvimento dos colaboradores, a Marcopolo ofereceu bolsas de estudo para os níveis de ensino médio, cursos técnicos, graduação e pós graduação.

No ano de 2013, a Escola de Formação Profissional (EFPM) manteve seus cursos de aprendizagem industrial para jovens em parceria com o SENAI, Universidade de Caxias do Sul e com a Fundação de Assistência Social (FAS) de Caxias do Sul, formando 140 alunos. A EFPM recebe também jovens em situação de vulnerabilidade social, como forma de envolver a comunidade e promover a empregabilidade. No ano de 2013, a EFPM realizou a I Mostra de Trabalhos, com 27 grupos e 84 alunos participantes, com o objetivo de aplicar de maneira prática e criativa os conhecimentos do curso, resultando em melhorias para os processos de produção.

22.4 Qualidade de Vida

Os programas de qualidade de vida destinados aos colaboradores e suas famílias são adaptados à realidade de cada país onde a Marcopolo possui empresas controladas ou coligadas. No Brasil, várias atividades foram desenvolvidas pela Fundação Marcopolo, incluindo educação, lazer, cultura e esportes. As unidades de

Ana Rech e Planalto, em Caxias do Sul (RS), e Marcopolo Rio, no Rio de Janeiro (RJ), contam com a estrutura de Sedes Recreativas próprias para usufruto dos colaboradores e seus familiares. Na África, no México e na Colômbia são oferecidas atividades específicas na forma de oficinas, passeios e torneios. Na Índia, diversas celebrações recreativas, educativas e religiosas envolvendo os colaboradores e familiares foram realizadas nas dependências da empresa.

22.5 Meio Ambiente

Programas voltados às questões ambientais fazem parte da política de gestão da Marcopolo. A empresa investe continuamente em novas tecnologias para minimizar e controlar os impactos ambientais da sua atividade. Entre as principais melhorias de 2013 destacamos a implantação do novo aterro para resíduos sólidos industriais não perigosos. O aterro foi construído segundo as mais rígidas normas ambientais e moderna tecnologia. Com essa medida, a empresa mantém todo o controle sobre o passivo ambiental da atividade nas unidades de Caxias do Sul.

22.6 Remuneração e Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A remuneração dos colaboradores é composta de uma parte fixa, vinculada às competências e habilidades, e uma parte variável, resultante do atingimento das metas do Programa de Participação nos Resultados. Periodicamente, são realizadas pesquisas salariais que permitem avaliar se os valores pagos aos colaboradores estão dentro dos padrões regionais, permitindo que a empresa mantenha a competitividade no mercado de trabalho.

Os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2005, aprovaram o “Plano de Opção de Compra de Ações”. O plano, cujos participantes são os executivos da Companhia e de suas controladas (exceto os diretores controladores), tem como principais objetivos: (i) alinhar os interesses dos participantes aos dos acionistas; (ii) comprometer os participantes com os resultados de curto, médio e longo prazos da empresa; (iii) incentivar e estimular o sentimento de propriedade; e (iv) atrair e reter talentos. O Plano é monitorado pelo Comitê de RH e Ética e aprovado pelo Conselho de Administração.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante global anual da remuneração fixa é estabelecido pela Assembleia Geral e distribuído entre os administradores pelo Conselho de Administração. A maior remuneração anual individual fixa do Comitê Executivo/Conselho de Administração somou R\$ 2.110,8 mil em 2013, a remuneração média foi de R\$ 711,7 mil e a menor foi de R\$ 325,0 mil. Na diretoria estatutária, a maior remuneração individual fixa foi de R\$ 1.568,4 mil em 2013, a média foi de R\$ 1.030,6 mil e a menor foi de R\$ 782,2 mil. No Conselho Fiscal, a maior remuneração individual fixa foi de R\$ 195,0 mil em 2013, a média foi de R\$ 169,0 mil e a menor foi de R\$ 156,0 mil.

A maior remuneração variável individual do Comitê Executivo/Conselho de Administração foi de R\$ 1.950,0 mil em 2013, a remuneração variável média foi de R\$ 440,8 mil e a menor foi zero. Na diretoria estatutária, a maior remuneração variável individual em 2013 foi de R\$ 1.414,3 mil, a média foi de R\$ 948,8 mil e a menor foi de R\$ 715,0 mil. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável, apenas os Diretores e membros do Comitê Executivo.

24. QUADRO DE PESSOAL

Nº COLABORADORES	2013	2012	2011	2010	2009
Controladora	8.066	8.212	8.727	8.457	7.040
Controladas no Brasil	3.495	3.504	4.013	3.441	2.656
Controladas no Exterior	8.350	4.514	4.491	4.181	4.310
TOTAL ⁽¹⁾	19.911	16.230	17.231	16.079	14.006
TOTAL GERAL ⁽²⁾	21.002	20.508	21.993	20.393	18.303

Notas: ⁽¹⁾ Inclui colaboradores das controladas/coligadas na proporção da participação societária; ⁽²⁾ Referente à participação total nas controladas/coligadas.

25. IFRS 10 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O IFRS 10 / CPC 36 introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deve ser consolidado. Em decorrência disso, a Companhia se adequou à nova regra de consolidação a partir de 2013, alterando a forma de contabilização até então utilizada. Visando manter a transparência, a Companhia apresenta quadro comparativo com a regra anterior de consolidação na Nota Explicativa 30 às Demonstrações Financeiras.

26. PERSPECTIVAS PARA 2014

O cenário de incertezas em relação ao mercado brasileiro de ônibus, que iniciou na segunda metade do ano passado, ainda persiste neste início de 2014. Contudo, a proximidade da Copa do Mundo, que está impulsionando a demanda por ônibus nos segmentos de turismo e de transportes intermunicipais, aliado aos pedidos de BRTs já em carteira, estão compensando em parte o arrefecimento nos demais segmentos. Em relação à licitação das linhas interestaduais, o cronograma ainda segue indefinido e até o presente momento não há uma previsão para a data dos leilões.

No mercado externo, a desvalorização do real em relação ao dólar segue impulsionando as exportações da Marcopolo, especialmente a partir do 4T13. Além dos mercados tradicionalmente importadores, a Marcopolo vislumbra negócios importantes de exportação para países na América Central e África, em sua maioria voltados à implementação de novos projetos de BRTs e mobilidade urbana nessas regiões.

No que tange o programa Caminho da Escola do Governo Federal, a Marcopolo anunciou, em 04 de fevereiro, através de um Comunicado ao Mercado, que habilitou-

se a produzir e fornecer até 4.100 ônibus escolares, cujas entregas se estenderão durante este ano e que estão em fase de formalização da documentação. Adicionalmente, ainda em 2013, a Marcopolo foi contemplada para o fornecimento de até 1.540 ônibus escolares para o estado de São Paulo, cujas entregas dar-se-ão em sua maioria ao longo do primeiro semestre de 2014.

A nova planta do Volare no estado do Espírito Santo segue com previsão de início de operação no segundo semestre deste ano, com uma capacidade inicial de 3.000 unidades ao ano. Na primeira etapa, serão enviados da unidade Planalto, em Caxias do Sul, *kits* desmontados para a montagem nessa nova fábrica e, no segundo momento, a planta estará apta a produzir os Volares localmente.

Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, é importante destacar o lançamento do modelo Geração 7 de ônibus rodoviários no México, totalmente nacionalizado, que obteve uma excelente receptividade pelos clientes locais. Na África do Sul, a MASA obteve êxito em dois importantes lotes para a renovação dos sistemas de BRTs em Johannesburgo e Pretória, cujas entregas já iniciaram em 2013 e se estenderão até 2015.

Conforme comunicado divulgado pela Companhia no dia 16 de dezembro de 2013, as expectativas de desempenho para 2014, mantidas as condições atuais de mercado e do desempenho econômico dos países onde a Companhia opera, são: (i) investimentos programados no montante de R\$ 160,0 milhões; (ii) atingir uma receita líquida consolidada de R\$ 3,8 bilhões (R\$ 4,4 bilhões no padrão contábil anterior); e, (iii) produzir 20.850 ônibus nas unidades do Brasil e exterior (33.000 unidades no padrão contábil anterior).

27. AGRADECIMENTOS

A Marcopolo sente-se honrada em agradecer aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais, comunidade e, em especial, aos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados.

Por fim, a Companhia presta homenagem póstuma ao Sr. Valter Gomes Pinto pelo legado deixado, que marcou e esculpiu a imagem da Marcopolo no mundo. Dentre suas contribuições, cabe destacar que foi um dos responsáveis pela mudança do nome da empresa para Marcopolo, além de colaborar decisivamente para a expansão dos negócios, proporcionando o aprimoramento na política de atendimento ao cliente por meio da ampliação da rede de vendas e a qualificação do processo de comercialização dos produtos, renovando as energias para a busca de novos mercados.

A Administração.

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Marcopolo S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais

Ativo	Nota					1º/01/12
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
					Reapresentado	Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	435.011	233.119	624.717	374.219	887.497
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	7	143.475	131.840	143.702	131.840	2.394
Instrumentos financeiros derivativos	5	577	3.380	978	3.446	-
Contas a receber de clientes	8	688.703	668.044	1.166.496	1.069.324	845.839
Estoques	9	284.330	242.204	447.456	364.529	324.182
Impostos e contribuições a recuperar	10	60.956	73.462	73.320	86.299	39.457
Outras contas a receber		21.901	24.064	68.178	57.671	33.441
		1.634.953	1.376.113	2.524.847	2.087.328	2.132.810
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	26.339	36.942	26.037	22.130	135.857
Contas a receber de clientes	8	-	-	521.400	471.235	433.825
Impostos e contribuições a recuperar	10	1.277	1.453	1.974	2.657	1.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	29.772	41.552	52.684	65.176	66.327
Depósitos judiciais	16	6.119	5.847	12.408	12.048	9.594
Outras contas a receber		15	61	524	428	340
		63.522	85.855	615.027	573.674	647.753
Investimentos						
Imobilizado	11	1.164.775	730.522	371.911	155.954	125.407
Ágio e intangível	12	220.850	190.584	338.056	298.808	237.803
	13	5.086	4.781	267.999	213.659	75.504
		1.390.711	925.887	977.966	668.421	438.714
		1.454.233	1.011.742	1.592.993	1.242.095	1.086.467
Total do ativo						
		3.089.186	2.387.855	4.117.840	3.329.423	3.219.277

Passivo e patrimônio líquido	Nota					1º/01/12
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
					Reapresentado	Reapresentado
Circulante						
Fornecedores		245.460	261.069	308.165	333.431	275.552
Empréstimos e financiamentos	15	57.502	452.445	367.145	722.468	569.690
Instrumentos financeiros derivativos	5	449	-	467	247	4.690
Salários e férias a pagar		91.901	70.176	117.038	94.328	114.947
Impostos e contribuições a recolher		29.906	23.400	62.271	54.678	55.738
Adiantamentos de clientes		42.681	27.068	70.119	29.928	34.553
Representantes comissionados		30.729	26.327	36.255	30.487	25.107
Juros sobre capital próprio e dividendos	20	20.395	21.620	20.395	21.620	41.016
Participação dos administradores		7.241	7.570	7.241	7.570	7.699
Outras contas a pagar		37.588	41.989	66.122	79.128	56.619
		563.852	931.664	1.055.218	1.373.885	1.185.611
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	15	997.559	106.606	1.468.614	527.997	847.213
Provisões	16	11.879	6.603	14.494	16.349	14.716
Benefícios a empregados	17	-	43.057	-	43.368	-
Outras contas a pagar		-	-	45.523	55.380	245
		1.009.438	156.266	1.528.631	643.094	862.174
Total do passivo						
		1.573.290	1.087.930	2.583.849	2.016.979	2.047.785
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora						
Capital social	19	1.200.000	700.000	1.200.000	700.000	700.000
Reservas de capital		593	(999)	593	(999)	(1.578)
Reservas de lucros		294.791	647.440	294.791	647.440	502.512
Ajustes de avaliação patrimonial		38.136	(38.718)	38.136	(38.718)	(26.305)
Ações em tesouraria		(17.624)	(7.798)	(17.624)	(7.798)	(12.485)
		1.515.896	1.299.925	1.515.896	1.299.925	1.162.144
Participação dos não controladores						
		-	-	18.095	12.519	9.348
		1.515.896	1.299.925	1.533.991	1.312.444	1.171.492
Total do passivo e patrimônio líquido						
		3.089.186	2.387.855	4.117.840	3.329.423	3.219.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	2012	2013	2012
					Reapresentado
Operações					
Receita líquida de vendas e serviços	24	2.623.161	2.422.669	3.659.309	3.369.939
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(2.136.101)	(1.951.105)	(2.928.774)	(2.676.953)
Lucro bruto		<u>487.060</u>	<u>471.564</u>	<u>730.535</u>	<u>692.986</u>
Despesas com vendas	25	(142.119)	(139.810)	(179.890)	(195.562)
Despesas administrativas	25	(103.568)	(90.652)	(173.823)	(150.823)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(14.157)	(12.434)	(6.913)	455
Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>117.109</u>	<u>94.656</u>	<u>24.984</u>	<u>28.257</u>
Lucro operacional		<u>344.325</u>	<u>323.324</u>	<u>394.893</u>	<u>375.313</u>
Receitas financeiras	26	168.454	179.123	196.141	200.953
Despesas financeiras	26	<u>(178.271)</u>	<u>(150.808)</u>	<u>(200.785)</u>	<u>(175.342)</u>
Resultado financeiro		<u>(9.817)</u>	<u>28.315</u>	<u>(4.644)</u>	<u>25.611</u>
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		<u>334.508</u>	<u>351.639</u>	<u>390.249</u>	<u>400.924</u>
Imposto de renda e contribuição social	18				
Corrente		(48.658)	(60.830)	(85.640)	(97.994)
Diferido		<u>2.859</u>	<u>5.176</u>	<u>(12.492)</u>	<u>(573)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>288.709</u></u>	<u><u>295.985</u></u>	<u><u>292.117</u></u>	<u><u>302.357</u></u>
Atribuível a:					
Acionistas da Marcopolo		288.709	295.985	288.709	300.029
Participação dos não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.408</u>	<u>2.328</u>
		<u><u>288.709</u></u>	<u><u>295.985</u></u>	<u><u>292.117</u></u>	<u><u>302.357</u></u>
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Marcopolo durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Básico	27	<u><u>0,3234</u></u>	<u><u>0,3310</u></u>	<u><u>0,3272</u></u>	<u><u>0,3381</u></u>
Diluído	27	<u><u>0,3219</u></u>	<u><u>0,3300</u></u>	<u><u>0,3257</u></u>	<u><u>0,3371</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		<u>288.709</u>	<u>295.985</u>	<u>292.117</u>	<u>302.357</u>
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		48.249	16.192	50.207	17.035
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios a empregados	17	43.057	(43.057)	43.368	(43.368)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre ganhos/(perdas) atuariais		(14.639)	14.639	(14.763)	14.763
Participação no resultado abrangente de controlada		187	(187)	-	-
Participação de não controladores proveniente de constituição de empresa		-	-	210	-
Resultado abrangente total		<u>365.563</u>	<u>283.572</u>	<u>371.139</u>	<u>290.787</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas da Marcopolo		365.563	283.572	365.563	287.616
Participação dos não controladores		-	-	5.576	3.171
Resultado abrangente total		<u>365.563</u>	<u>283.572</u>	<u>371.139</u>	<u>290.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da Marcopolo														
	Reserva de Capital		Reservas de lucros										Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ganho/perda com alienação de ações próprias	Reserva legal	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido - CPCs	Reversão de ativo diferido	Total do patrimônio líquido - IFRS	
Em 31 de dezembro de 2011	700.000	(1.578)	33.672	263.575	64.555	59.949	84.805	(26.305)	(12.485)	-	1.166.188	(4.044)	1.162.144	9.348
Resultado abrangente do exercício														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295.985	295.985	4.044	300.029	2.328
Ganhos/perdas atuariais não realizados, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(28.605)	-	-	(28.605)	-	(28.605)	-
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	16.192	-	-	16.192	-	16.192	843
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(12.413)	-	295.985	283.572	4.044	287.616	3.171
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas														
Compra de ações em tesouraria	-	579	-	-	-	-	-	-	4.687	-	5.266	-	5.266	-
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(84.805)	-	-	-	(84.805)	-	(84.805)	-
Destinações														
Reserva legal	-	-	14.799	-	-	-	-	-	-	(14.799)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.046)	(63.046)	-	(63.046)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	72.790	-	-	(80.040)	(7.250)	-	(7.250)	-
Transferência entre reservas	-	-	-	122.604	5.445	10.051	-	-	-	(138.100)	-	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	579	14.799	122.604	5.445	10.051	(12.015)	-	4.687	(295.985)	(149.835)	-	(149.835)	-
Em 31 de dezembro de 2012	700.000	(999)	48.471	386.179	70.000	70.000	72.790	(38.718)	(7.798)	-	1.299.925	-	1.299.925	12.519

Marcopolo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Marcopolo												
		Reserva de capital	Reservas de lucros										
	Capital social	Ganho/perda com alienação de ações próprias	Reserva legal	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	700.000	(999)	48.471	386.179	70.000	70.000	72.790	(38.718)	(7.798)	-	1.299.925	12.519	1.312.444
Resultado abrangente do exercício													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288.709	288.709	3.408	292.117
Participação não controladores proveniente de constituição de empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210	210
Ganhos/perdas atuariais não realizados, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	28.605	-	-	28.605	-	28.605
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	48.249	-	-	48.249	1.958	50.207
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	76.854	-	288.709	365.563	5.576	371.139
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas													
Capitalização de reservas	500.000	-	(40.000)	(360.000)	(50.000)	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	1.592	-	-	-	-	-	-	1.896	-	3.488	-	3.488
Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.722)	-	(11.722)	-	(11.722)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(72.790)	-	-	-	(72.790)	-	(72.790)
Destinações													
Reserva legal	-	-	14.435	-	-	-	-	-	-	(14.435)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.568)	(68.568)	-	(68.568)
Transferência entre reservas	-	-	-	143.994	30.856	30.856	-	-	-	(205.706)	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	500.000	1.592	(25.565)	(216.006)	(19.144)	(19.144)	(72.790)	-	(9.826)	(288.709)	(149.592)	-	(149.592)
Em 31 de dezembro de 2013	1.200.000	593	22.906	170.173	50.856	50.856	-	38.136	(17.624)	-	1.515.896	18.095	1.533.991

Marcopolo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	2012	2013	2012
Reapresentado					
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício					
		288.709	295.985	292.117	302.357
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	12 e 13	21.171	22.034	40.221	37.354
(Perda) ganho na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis		(4.467)	9.328	13.651	439
Equivalência patrimonial	11	(117.109)	(94.656)	(24.984)	(28.257)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.531)	(1.857)	(6.820)	12.178
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		45.799	55.654	98.132	98.567
Juros e variações apropriados		55.720	9.316	73.454	52.417
Participações dos não controladores		-	-	4.157	2.328
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) em contas a receber de clientes		(15.128)	(176.488)	(138.810)	(266.331)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários		1.771	(33.775)	(13.301)	(19.166)
(Aumento) redução nos estoques		(42.126)	9.919	(78.585)	(32.113)
(Aumento) redução em outras contas a receber		26.399	(41.707)	16.580	(72.531)
Aumento (redução) em fornecedores		(15.609)	39.685	(27.738)	52.153
Aumento (redução) passivos atuariais		(43.057)	43.057	(43.368)	43.368
Aumento (redução) em outras contas a pagar		73.707	(54.487)	60.902	9.909
Caixa gerado nas atividades operacionais		270.249	82.008	265.608	192.672
Impostos sobre o lucro pagos		(48.658)	(60.830)	(85.640)	(97.994)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		221.591	21.178	179.968	94.678
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos		(283.071)	(56.477)	(174.086)	(12.024)
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas		19.222	29.606	20.966	4.100
Adições de imobilizado		(50.432)	(48.424)	(77.925)	(85.444)
Adições de intangível		(2.163)	(2.646)	(69.572)	(131.978)
Recebimento na venda de ativo imobilizado		275	1.042	598	1.044
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos		(316.169)	(76.899)	(300.019)	(224.302)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria		(8.234)	5.266	(8.234)	5.266
Empréstimos tomados de terceiros		952.157	103.960	1.411.199	443.196
Pagamento de empréstimos - principal		(476.701)	(373.846)	(838.326)	(609.792)
Pagamento de empréstimos - juros		(34.718)	(19.352)	(62.431)	(56.703)
Pagamento dos juros sobre capital próprio e dividendos		(136.034)	(167.137)	(136.034)	(167.137)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento		296.470	(451.109)	366.174	(385.170)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa					
		-	-	4.375	1.516
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		201.892	(506.830)	250.498	(513.278)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		233.119	739.949	374.219	887.497
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		435.011	233.119	624.717	374.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado (*)	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Demonstrações do valor adicionado				
Receitas	3.029.301	2.773.180	4.203.794	3.826.135
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.020.229	2.764.332	4.180.102	3.820.490
Outras receitas	3.541	6.991	16.872	17.823
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	5.531	1.857	6.820	(12.178)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(2.281.543)	(2.076.862)	(2.992.365)	(2.727.127)
Custos dos produtos e serviços prestados	(1.874.502)	(1.802.541)	(2.463.207)	(2.373.882)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(389.343)	(254.896)	(505.373)	(335.877)
Perda/recuperação de valores ativos	(17.698)	(19.425)	(23.785)	(17.368)
Valor adicionado bruto	747.758	696.318	1.211.429	1.099.008
Depreciações e amortizações	(21.171)	(22.034)	(40.221)	(37.354)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	726.587	674.284	1.171.208	1.061.654
Valor adicionado recebido em transferência	285.563	273.779	221.125	229.210
Resultado de equivalência patrimonial	117.109	94.656	24.984	28.257
Receitas financeiras	168.454	179.123	196.141	200.953
Valor adicionado total a distribuir	1.012.150	948.063	1.392.333	1.290.864
Distribuição do valor adicionado	1.012.150	948.063	1.392.333	1.290.864
Pessoal	550.043	472.310	781.368	681.751
Remuneração direta	400.161	343.140	585.530	506.360
Benefícios	121.486	99.212	159.856	143.126
FGTS	28.396	29.958	35.982	32.265
Impostos, taxas e contribuições	(15.266)	21.711	89.453	107.902
Federais	34.414	67.655	116.136	137.382
Estaduais	(50.963)	(47.183)	(28.058)	(30.788)
Municipais	1.283	1.239	1.375	1.308
Remuneração de capitais de terceiros	188.664	158.057	229.395	198.854
Despesas financeiras	178.271	150.808	200.785	175.342
Aluguéis	10.393	7.249	28.610	23.512
Lucros do exercício, juros s/ capital próprio e dividendos	288.709	295.985	292.117	302.357
Juros sobre o capital próprio	62.612	63.046	62.612	63.046
Dividendos	5.956	80.040	5.956	80.040
Lucros retidos do exercício	220.141	152.899	223.549	159.271

(*) A demonstração do valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou as normas IFRS 10/CPC 36 (R3) – “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 11/CPC 19 (R2) – “Negócios em conjunto” (nota 2.2.1) e IFRS 12/CPC 45 – “Divulgações de participações em outras entidades”. Conforme determinação

das respectivas IFRS, seus efeitos devem ser refletidos no início do período mais antigo apresentado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2014.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota 17 – plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados;
- Nota 18 – impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma

participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial (nota 2.2.1).

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial (nota 2.2.1).

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(iv) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.1 Alterações pela adoção das IFRS 10 e 11 (CPC 36- R3 e CPC 19 – R2)

a) IFRS 10/CPC 36 R3 – Demonstrações financeiras consolidadas

Com a aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10/CPC 36 R3 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, amplia o conceito de Controle levando em consideração o poder e os retornos que um participante possui sobre um investimento. Neste contexto, um cenário de participação acionária com direitos de voto é analisado em conjunto com direitos substantivos que possam dar poder sobre as

atividades relevantes da investida. Se caracterizado o controle, a controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e as transações com participações não controladoras, como transações com proprietários de ativos da Companhia, são apresentadas dentro do patrimônio líquido como “participação de acionistas não controladores”. A Companhia não teve alterações com a adoção do IFRS 10.

b) IFRS 11/CPC 19 R2 – Negócios em conjunto

Com aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 11/CPC 19 R2 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal prevendo dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que normalmente ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional); e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. Neste caso a consolidação proporcional não é mais permitida.

Com base na nova norma mencionada acima, a Companhia realizou uma avaliação dos seus negócios em conjunto, reclassificando-os para empreendimentos controlados em conjunto. Assim esses negócios em conjunto passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deixando de serem avaliados com base na consolidação proporcional.

Com isso, os valores comparativos divulgados, referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012, deixam de refletir a consolidação proporcional das suas controladas em conjunto, compostas pelas empresas: San Marino Ônibus e Implementos Ltda., San Marino Bus de México S.A. de C.V., Rotas do Sul Logística Ltda., FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda., GB Polo Bus Manufacturing S.A.E., Loma Hermosa S.A., Metalpar S.A., Metalsur Carrocerias S.R.L., Marcopolo Argentina S.A., Superpolo S.A., Hanegas S.A.S. e Tata Marcopolo Motors Limited.

Seguem os efeitos nas demonstrações financeiras originalmente publicadas pela Companhia e das demonstrações financeiras ajustadas com a aplicação do IFRS 11 para fins comparativos:

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12			1º/01/12		
	Balanço publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Balanço ajustado	Balanço publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Balanço ajustado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	393.945	(19.726)	374.219	904.318	(16.821)	887.497
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	132.167	(327)	131.840	1.803	-	1.803
Instrumentos financeiros derivativos	3.523	(77)	3.446	591	-	591
Créditos	1.127.115	(57.791)	1.069.324	920.217	(74.378)	845.839
Estoques	409.502	(44.973)	364.529	368.330	(44.148)	324.182
Outras contas a receber	170.598	(26.628)	143.970	99.584	(26.686)	72.898
	<u>2.236.850</u>	<u>(149.522)</u>	<u>2.087.328</u>	<u>2.294.843</u>	<u>(162.033)</u>	<u>2.132.810</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Créditos	471.964	(729)	471.235	433.825	-	433.825
Outras contas a receber	88.308	14.131	102.439	199.799	14.129	213.928
Investimentos	39.198	116.756	155.954	21.802	103.605	125.407
Imobilizado	454.915	(156.107)	298.808	353.567	(115.764)	237.803
Ágio e intangível	220.840	(7.181)	213.659	77.295	(1.791)	75.504
	<u>1.275.225</u>	<u>(33.130)</u>	<u>1.242.095</u>	<u>1.086.288</u>	<u>179</u>	<u>1.086.467</u>
Total do ativo	<u>3.512.075</u>	<u>(182.652)</u>	<u>3.329.423</u>	<u>3.381.131</u>	<u>(161.854)</u>	<u>3.219.277</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	382.264	(48.833)	333.431	324.261	(48.709)	275.552
Empréstimos e financiamentos	757.412	(34.944)	722.468	612.529	(42.839)	569.690
Instrumentos financeiros derivativos	247	-	247	4.690	-	4.690
Outras contas a pagar	356.856	(39.117)	317.739	379.785	(44.106)	335.679
	<u>1.496.779</u>	<u>(122.894)</u>	<u>1.373.885</u>	<u>1.321.265</u>	<u>(135.654)</u>	<u>1.185.611</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	583.316	(55.319)	527.997	869.809	(22.596)	847.213
Outras contas a pagar	119.536	(4.439)	115.097	18.565	(3.604)	14.961
	<u>702.852</u>	<u>(59.758)</u>	<u>643.094</u>	<u>888.374</u>	<u>(26.200)</u>	<u>862.174</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>12.519</u>	<u>-</u>	<u>12.519</u>	<u>9.348</u>	<u>-</u>	<u>9.348</u>
Patrimônio líquido	<u>1.299.925</u>	<u>-</u>	<u>1.299.925</u>	<u>1.162.144</u>	<u>-</u>	<u>1.162.144</u>
Total do passivo	<u>3.512.075</u>	<u>(182.652)</u>	<u>3.329.423</u>	<u>3.381.131</u>	<u>(161.854)</u>	<u>3.219.277</u>

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conciliação da demonstração do resultado em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12			1º/01/12		
	Resultado publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Resultado ajustado	Resultado publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Resultado ajustado
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.817.134	(447.195)	3.369.939	3.368.876	(468.617)	2.900.259
Custo dos produtos vendidos	(3.041.141)	364.188	(2.676.953)	(2.627.180)	365.153	(2.262.027)
Lucro bruto	775.993	(83.007)	692.986	741.696	(103.464)	638.232
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(220.223)	24.661	(195.562)	(173.520)	29.849	(143.671)
Despesas de administração	(173.221)	22.398	(150.823)	(144.799)	17.675	(127.124)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(683)	1.138	455	(3.299)	(273)	(3.572)
Resultado da equivalência patrimonial	9.390	18.867	28.257	8.404	33.655	42.059
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	391.256	(15.943)	375.313	428.482	(22.558)	405.924
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	209.667	(8.714)	200.953	249.835	(18.719)	231.116
Despesas financeiras	(191.750)	16.408	(175.342)	(182.357)	26.183	(156.174)
Lucro antes do IR e CSLL	409.173	(8.249)	400.924	495.960	(15.094)	480.866
Imposto renda e contribuição social	(106.816)	8.249	(98.567)	(151.937)	15.094	(136.843)
Lucro líquido do exercício	302.357	-	302.357	344.023	-	344.023

Conciliação da demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12			1º/01/12		
	Fluxo de caixa publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Fluxo de caixa ajustado	Fluxo de caixa publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Fluxo de caixa ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado do período	302.357	-	302.357	344.023	-	344.023
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	48.567	(11.213)	37.354	35.584	(8.708)	26.876
Custo na venda de ativos permanentes	1.625	(1.186)	439	9.742	(1.518)	8.224
Equivalência patrimonial	(9.390)	(18.867)	(28.257)	(8.404)	(33.655)	(42.059)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.155	23	12.178	(5.780)	-	(5.780)
Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido	106.816	(8.249)	98.567	151.937	(15.094)	136.843
Juros e variações apropriados	47.537	4.880	52.417	53.603	(3.603)	50.000
Participações dos não controladores	2.328	-	2.328	879	-	879
Variação nos ativos e passivos						
(Aumento) redução contas a receber de clientes	(246.010)	(20.321)	(266.331)	(106.816)	(12.999)	(119.815)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários	(16.925)	(2.241)	(19.166)	63.424	102	63.526
(Aumento) redução nos estoques	(29.628)	(2.485)	(32.113)	(54.468)	8.811	(45.657)
(Aumento) redução outras contas a receber	(73.197)	666	(72.531)	56.970	7.536	64.506
Aumento (redução) fornecedores	49.585	2.568	52.153	16.391	24.839	41.230
Aumento (redução) contas a pagar	43.179	10.098	53.277	1.916	(29.683)	(27.767)
Caixa gerado nas atividades operacionais	238.999	(46.327)	192.672	559.001	(63.972)	495.029

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Imposto de renda pagos	(106.107)	8.113	(97.994)	(177.215)	14.126	(163.089)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	132.892	(38.214)	94.678	381.786	(49.846)	331.940
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(12.024)	-	(12.024)	(86)	86	-
Dividendos de subsidiárias	4.100	-	4.100	6.383	4.491	10.874
Adições de imobilizado	(131.134)	45.690	(85.444)	(67.473)	19.199	(48.274)
Adições de intangível	(139.218)	7.240	(131.978)	(12.651)	323	(12.328)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	1.044	-	1.044	(835)	-	(835)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(277.232)	52.930	(224.302)	(74.662)	24.099	(50.563)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Ganho na alienação de ações em tesouraria	5.266	-	5.266	781	-	781
Empréstimos tomados de terceiros	538.478	(95.282)	443.196	479.205	(88.619)	390.586
Pagamento de empréstimos – principal	(683.600)	73.808	(609.792)	(342.481)	102.205	(240.276)
Pagamento de empréstimos – juros	(61.284)	4.581	(56.703)	(66.160)	9.860	(56.300)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(167.137)	-	(167.137)	(149.376)	-	(149.376)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(368.277)	(16.893)	(385.170)	(78.031)	23.446	(54.585)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	2.244	(728)	1.516	3.102	(1.865)	1.237
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(510.373)	(2.905)	(513.278)	232.195	(4.166)	228.029
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	904.318	(16.821)	887.497	672.123	(12.655)	659.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	393.945	(19.726)	374.219	904.318	(16.821)	887.497

Conciliação da demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12			1º/01/12		
	DVA publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	DVA ajustado	DVA publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	DVA ajustado
Receitas	4.335.747	(509.612)	3.826.135	3.915.494	(518.211)	3.397.283
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(3.071.340)	344.213	(2.727.127)	(2.642.878)	335.826	(2.307.052)
Valor adicionado bruto	1.264.407	(165.399)	1.099.008	1.272.616	(182.385)	1.090.231
Depreciações e amortizações	(48.567)	11.213	(37.354)	(35.584)	8.708	(26.876)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.215.840	(154.186)	1.061.654	1.237.032	(173.677)	1.063.355
Resultado de equivalência patrimonial	9.390	18.867	28.257	8.404	33.655	42.059
Receitas financeiras	209.667	(8.714)	200.953	249.835	(18.719)	231.116
Valor adicionado total a distribuir	1.434.897	(144.033)	1.290.864	1.495.271	(158.741)	1.336.530
Distribuição do valor adicionado	1.434.897	(144.033)	1.290.864	1.495.271	(158.741)	1.336.530
Pessoal	757.989	(76.238)	681.751	681.442	(79.245)	602.197
Impostos, taxas e contribuições	150.719	(42.817)	107.902	273.786	(51.790)	221.996
Remuneração de capital de terceiros	223.832	(24.978)	198.854	196.020	(27.706)	168.314
Lucros do período	302.357	-	302.357	344.023	-	344.023

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

<u>Controladas</u>	<u>Denominação</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Laureano S.A.	Laureano	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renmimbi	China
Marcopolo Austrália Holdings PTY LTD.	MP Austrália	Dolar Australiano	Austrália
Pologren Austrália PTY LTD.	Pologren	Dolar Australiano	Austrália
Volgren Austrália PTY LTD.	Volgren	Dolar Australiano	Austrália
Marcopolo Canada Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
PoloAutoRus LLC.	PoloRus	Rublo	Rússia
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda	Volare Comércio	Reais	Brasil
<u>Controladas em conjunto</u>	<u>Denominação</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda.	FCO	Reais	Brasil
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil

San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia

Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
Setbus Soluções Automotivas Ltda.	Setbus	Reais	Brasil
Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou, seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação

diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem títulos da dívida.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

2.5.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos incluindo algumas ações preferenciais, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancário a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.3 Redução ao valor recuperável *Impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro disponível para venda está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As

marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou

substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no semestre, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa

da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;

- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos

requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios definidos a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;

- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente; e
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Consolidado				
2013				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	270.694	6.451	272.975	75.712
Dólares australiano	45.810	30.617	68.160	13.575
Pesos Argentinos	-	21	-	-
Randes sul-africanos	23.585	4.208	23	11.783
Renmimbis chinês	9.264	3.892	21.360	-
Rublo	94	-	-	-
	<u>349.447</u>	<u>45.189</u>	<u>362.518</u>	<u>101.070</u>
Consolidado				
2012				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	237.312	20.001	85.043	233.238
Dólares australianos	10.788	25.708	63.687	3.148
Euros	1	297	-	-
Randes sul-africanos	12.677	15.802	30	4.858
Renmimbis chinês	7.973	3.536	10.846	-
	<u>268.751</u>	<u>65.344</u>	<u>159.606</u>	<u>241.244</u>

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 29,0% das receitas previstas para 2014, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.262 (controladora) e R\$ 62.117 (consolidado) em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 25.793 e R\$ 68.937 em 31 de dezembro de 2012) representativos de 2,9% e 3,6%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (3,7% e 4,3% em 31 de dezembro de 2012), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

		<u>Consolidado</u>			
		<u>2013</u>			
		<u>Fluxo de caixa contratual</u>			
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.835.759	2.010.608	376.749	1.573.586	60.273
Fornecedores	308.165	308.165	308.165	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	467	467	467	-	-

Consolidado					
2012					
Reapresentado					
Fluxo de caixa contratual					
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.250.465	1.309.460	946.776	336.767	25.917
Fornecedores	333.431	333.431	333.431	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	247	247	247	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		10,50	13,13	15,75
TJLP - %		6,00	7,50	9,00
Taxa cambial - US\$		2,40	3,00	3,60
Taxa cambial - Euro		3,25	4,06	4,88
LIBOR - %		1,00	1,25	1,50
Custo do ACC deságio - %		2,25	2,81	3,37
	Aplicações financeiras	66.833	83.535	100.235
	Relações interfinanceiras	62.962	70.461	77.962
	Empréstimos e financiamentos	(81.795)	(150.250)	(219.002)
	Forwards	(3.630)	(15.690)	(23.291)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	7.535	85.483	163.431
		<u>51.905</u>	<u>73.539</u>	<u>99.335</u>

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado		Reapresentado			
Total dos empréstimos (Nota 28)	1.835.759	1.250.465	1.146.345	635.621	689.414	614.844
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 28)	(624.717)	(374.219)	(590.526)	(339.838)	(34.191)	(34.381)
Dívida líquida (A)	<u>1.211.042</u>	<u>876.246</u>	<u>555.819</u>	<u>295.783</u>	<u>655.223</u>	<u>580.463</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.515.896</u>	<u>1.299.925</u>	<u>1.319.416</u>	<u>1.122.242</u>	<u>196.480</u>	<u>177.683</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	80	67	42	26	333	327

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços)

(nível 2); e

- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Fundo de investimento renda fixa	353	1.420
- Derivativos para negociação	978	3.446
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	143.349	130.420
	<u>144.680</u>	<u>135.286</u>
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	467	247
	<u>467</u>	<u>247</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) Outros passivos financeiros

- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
			Reapresentado	
<u>Natureza do ativo</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos e financiamentos	1.835.759	1.821.142	1.250.465	1.251.780

- (ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Ativos

					Valor nacional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2013	2013	2012	2013	2012
Marcopolo					USD mil				
	BBA	Venda	23.08.13	25.02.14	1.973	124	-	124	-
	BRADESCO	Venda	07.08.13	21.01.14	1.735	123	275	123	275
	BRASIL	Venda	18.12.13	28.01.14	2.500	46	27	46	27
	CITIBANK	Venda			-	-	41	-	41
	JP MORGAN	Venda			-	-	698	-	698
	MERRILL LYNCH	Venda	22.08.13	14.01.14	1.000	151	1.161	151	1.161
	PACTUAL				-	-	150	-	150
	SANTANDER				-	-	486	-	486
	VOTORANTIM	Venda	22.08.13	16.01.14	1.000	133	504	133	504
	SAFRA				-	-	38	-	38
						577	3.380	577	3.380
Ciferal					USD mil				
	BRADESCO	Venda			-	-	62	-	62
						-	62	-	62
Masa					USD mil				
	ABSA	Compra	30.09.13	15.04.14	1.375	120	4	120	4
	STD	Compra	30.09.13	30.04.14	3.655	171	-	171	-
						291	4	291	4
MP Austrália					USD mil				
	WESTERN UNION	Compra	03.07.13	05.06.14	1.100	50	-	50	-
	WESTERN UNION	Compra	03.07.13	05.06.14	CHF mil 400	50	-	50	-
	WESTERN UNION	Compra	03.07.13	05.06.14	SGD mil 330	10	-	10	-
						110	-	110	-
						978	3.446	978	3.446

Passivos

					Valor nacional	Valor justo		Valores a pagar	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2013	2013	2012	2013	2012
<u>Marcopolo</u>					USD mil				
	BBA	Venda	21.11.13	18.02.14	4.950	(42)	-	(42)	-
	BRADESCO	Venda	18.11.13	27.02.14	8.220	(175)	-	(175)	-
	BRASIL	Venda	21.11.13	23.01.14	2.200	(31)	-	(31)	-
	CITIBANK	Venda	09.12.13	20.02.14	5.000	(159)	-	(159)	-
	MERRILL LYNCH	Venda	18.12.13	11.02.14	1.250	(19)	-	(19)	-
	SAFRA	Venda	11.12.13	11.02.14	2.500	(23)	-	(23)	-
						(449)	-	(449)	-
<u>Masa</u>					USD mil				
	ABSA	Compra			-	-	(27)	-	(27)
	STD	Compra			-	-	(128)	-	(128)
						-	(155)	-	(155)
<u>MP Austrália</u>					USD mil				
	WESTERN UNION	Compra	06.08.13	05.02.14	150	(6)	(92)	(6)	(92)
	WESTERN UNION	Compra	06.08.13	03.05.14	SGD mil 120	(2)	-	(2)	-
	WESTERN UNION	Compra	20.08.13	31.07.14	CNY mil 22.645	(10)	-	(10)	-
						(18)	(92)	(18)	(92)
						(467)	(247)	(467)	(247)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros s/derivativos		Variação Cambial s/ derivativos	
	2013	2012	2013	2012
Marcopolo	8.635	14.606	(12.660)	(21.107)
Ciferal	38	2.679	133	(4.260)
Masa	-	-	(1069)	(268)
MP Austrália	-	-	(388)	-

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

Controladas	Percentual de participação					
	2013			2012		
	Direta	Indireta	Participação dos não controladores	Direta	Indireta	Participação dos não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	-	-	-
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
Laureano	-	100,00	-	-	100,00	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MPC	-	-	-	70,00	30,00	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC UY	-	-	-	100,00	-	-
Mapla	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	-	99,99	-	-
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	-	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
PoloRus	100,00	-	-	100,00	-	-
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)

	Percentual de participação			
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Coligadas				
FCO	-	50,00	-	50,00
GB Polo	49,00	-	49,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00
Metalsur (1)	-	51,00	-	51,00
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00
New Flyer	-	19,99	-	-
San Marino	45,00	-	45,00	-
Rotas do Sul (2)	-	45,00	-	45,00
San Marino México (2)	-	45,00	-	45,00
Superpolo	20,59	29,41	-	50,00
Hanegas	-	-	49,875	0,125
TMML	49,00	-	49,00	-

(1) Consolida no empreendimentos controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;

(2) Consolida no empreendimentos controlado em conjunto (não consolidada) na San Marino.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
FCO	280	348	98	36	-	-	(677)	(141)
GBPollo	73.604	69.979	75.922	62.013	22.910	16.676	(10.076)	(10.419)
Loma	170.876	97.291	117.718	50.704	288.238	134.602	14.200	2.708
San Marino	335.926	280.907	258.365	197.796	376.066	409.393	4.013	27.705
Superpolo	173.884	132.132	93.298	59.765	272.742	180.356	13.976	13.431
Hanegas	-	5.817	-	6.609	-	-	852	(18)
TMML	157.747	142.829	108.422	88.315	183.784	231.079	(5.947)	7.175

(c) Coligadas (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mercobus	40,00	-	40,00	-
MVC	26,00	-	26,00	-
Setbus	25,00	20,00	-	-
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (1)	-	40,00	-	40,00
Wsul	30,00	-	30,00	-

(1) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Mercobus	2.132	1.274	743	401	3.406	-	(665)	-
MVC	243.702	138.676	172.735	94.372	270.642	154.085	26.143	9.999
Setbus	12.271	-	17.780	-	6.302	-	(5.258)	-
Spheros	61.539	50.840	42.782	17.875	132.733	124.137	18.187	15.963
WSul	8.955	8.929	1.498	1.465	23.729	21.320	1.293	1.351

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. (Moneo) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Industria de Ônibus Ltda (Ciferal) – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Ilmot International Corporation (Ilmot) – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. (Polomex) – localizada em Monterrey, Nuevo León, Mexico, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Superpolo S.A.S. (Superpolo) – localizada em Cundinamarca, Colombia, com participação de 29,41% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Laureano S. A. – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Auto Componentes Co. (Mac) – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Australia Holdings PTY LTD. (MP Australia) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Australia. A MP Australia tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Australia Holdings PTY LTD. (Pologren) – Controlada, localizada em Melbourne, Australia. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Australia PTY Limited (Volgren) – localizada em Melbourne, Australia, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. (MP Canadá) – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem o seguinte empreendimento controlado em conjunto:

- New Flyer Industries Inc. (New Flyer) – localizada no Canadá, com participação de 19,99% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo International Corp. (MIC) – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Latinoamérica S. A. (Mapla) – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. (Masa) – Controlada integral, localizada em Johannesburg, South Africa, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S. A. (Trading) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Superpolo S.A.S. – localizada na Colombia, com participação de 20,59% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda (Syncro) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades, e tem a seguinte coligada:

- FCO Participações Industria e Comércio de Componentes Ltda (FCO) – Coligada com participação de 50% no capital, localizada em Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil. Tem por objeto a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.

PoloAutoRus LLC. – Controlada integral, localizada em Moscow, Russian Federation, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Volare Veiculos Ltda - Controlada integral, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda - Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

GB Polo Bus Manufacturing S. A. E (GB Polo) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S. A. (Loma) - Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S. A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Provincia de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Marcopolo Argentina S. A. (Marsa) – Controlada, com participação de 100% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Marsa tem por objeto a comercialização de peças e acessórios para veículos automotores.

San Marino ônibus e Implementos Ltda (San Marino) - Coligada, com participação de 45% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S. A. de C. V. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.

Tata Marcopolo Motors Limited (TMML) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, India, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S. A. C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

MVC Componentes Plásticos Ltda (MVC) - Coligada, com participação de 26% no capital, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. A MVC tem por objeto a fabricação e o comércio de partes, peças, componentes e acessórios para veículos automotores e participação em outras sociedades.

Setbus Soluções Automotivas Ltda. (Setbus) - Coligada, com participação direta de 25% e participação indireta de 20% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

Spheros Climatização do Brasil S. A. (Spheros) - Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Spheros México S. A. de C. V - Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colombia Ltda - Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

Wsul Espumas Industria e Comércio Ltda (Wsul) - Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Wsul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados ou seus derivados.

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	38.186	26.615	47.008	26.992
No exterior	139	146	39.917	43.165
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	396.686	206.358	537.792	304.062
Total do caixa e equivalente de caixa	<u>435.011</u>	<u>233.119</u>	<u>624.717</u>	<u>374.219</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 103,3% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				Reapresentado
Mantidos para negociação				
Fundos de investimentos de renda fixa	126	1.093	353	1.420
Derivativos – mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	577	3.380	978	3.446
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários (*)	143.349	130.747	143.349	130.420
	<u>144.052</u>	<u>135.220</u>	<u>144.680</u>	<u>135.286</u>
Não circulante				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	26.339	36.942	26.037	22.130
	<u>26.339</u>	<u>36.942</u>	<u>26.037</u>	<u>22.130</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 100,7% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,4% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				Reapresentado
No mercado nacional	431.818	463.603	563.522	601.680
No mercado externo	217.420	184.192	356.336	265.924
Partes relacionadas	62.449	48.320	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	303.604	271.239
Ajuste a valor presente	(2.722)	(2.278)	(3.321)	(2.836)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.262)	(25.793)	(53.645)	(66.683)
	<u>688.703</u>	<u>668.044</u>	<u>1.166.496</u>	<u>1.069.324</u>

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Não circulante				
Relações interfinanceiras	-	-	529.872	473.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(8.472)	(2.254)
	-	-	521.400	471.235
	<u>688.703</u>	<u>668.044</u>	<u>1.687.896</u>	<u>1.540.559</u>

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Valores a vencer	505.077	442.930	1.461.531	1.294.553
Vencidos:				
Até 30 dias	77.630	109.758	106.848	135.142
Entre 31 e 60 dias	12.054	30.620	21.126	38.461
Entre 61 e 90 dias	11.943	22.642	15.664	28.463
Entre 91 e 180 dias	49.712	22.387	56.102	27.197
Acima de 181 dias	55.271	67.778	92.063	88.516
Ajuste a valor presente	(2.722)	(2.278)	(3.321)	(2.836)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(20.262)</u>	<u>(25.793)</u>	<u>(62.117)</u>	<u>(68.937)</u>
	<u>688.703</u>	<u>668.044</u>	<u>1.687.896</u>	<u>1.540.559</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
		Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(27.650)	(56.730)
Provisão registrada no exercício	(6.792)	(30.035)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	8.649	21.031
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(1.230)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(25.793)	(68.937)
Provisão registrada no exercício	(6.566)	(11.332)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	12.458	20.386
Variação cambial	<u>(361)</u>	<u>(2.234)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(20.262)</u>	<u>(62.117)</u>

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Reais	471.283	483.852	1.338.449	1.281.794
Dólar Americano	217.420	184.192	270.694	227.315
Dólar Australiano	-	-	45.810	10.718
Peso Argentino	-	-	-	82
Rande	-	-	23.585	12.677
Rennimbi	-	-	9.264	7.973
Rublo	-	-	94	-
	<u>688.703</u>	<u>668.044</u>	<u>1.687.896</u>	<u>1.540.559</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Produtos acabados	122.546	77.510	149.608	102.751
Produtos em elaboração	28.407	29.015	59.254	55.192
Matérias-primas e auxiliares	124.539	129.484	217.861	197.009
Adiantamentos a fornecedores e outros	9.530	6.612	26.560	15.319
Provisão para perdas nos estoques	(692)	(417)	(5.827)	(5.742)
	<u>284.330</u>	<u>242.204</u>	<u>447.456</u>	<u>364.529</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
		Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(389)	(2.834)
Reversão de provisão	203	1.195
Provisão registrada no exercício	<u>(231)</u>	<u>(4.103)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(417)	(5.742)
Reversão de provisão	662	3.384
Provisão registrada no exercício	<u>(937)</u>	<u>(3.469)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(692)</u>	<u>(5.827)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	30.886	21.222	31.858	22.796
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	5.148	5.860	5.509	5.861
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	11.807	8.283	12.783	9.472
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.802	20.616	6.009	21.321
Programa de Integração Social (PIS)	473	2.530	827	2.898
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	327	10.695	3.373	14.017
Reintegra	7.513	4.256	7.965	4.330
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	4.974	5.066
Outros	-	-	22	538
	<u>60.956</u>	<u>73.462</u>	<u>73.320</u>	<u>86.299</u>
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.277	1.453	1.277	1.877
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	697	780
	<u>1.277</u>	<u>1.453</u>	<u>1.974</u>	<u>2.657</u>
	<u>62.233</u>	<u>74.915</u>	<u>75.294</u>	<u>88.956</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Controladas	961.337	546.344	-	-
Controladas em conjunto	169.378	156.367	336.776	127.098
Coligadas	34.060	27.811	34.060	27.811
Outros investimentos	-	-	1.075	1.045
	<u>1.164.775</u>	<u>730.522</u>	<u>371.911</u>	<u>155.954</u>

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

																		Controladas	
																		Total	
	Apolo	Ciferal	Ilmot	Mac	Mapla	MP Austrália	Masa	MIC	MPC	Moneo	PoloRus	MP Canadá	Polomex	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	2013	2012
			(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1,2)		(1)	(1)	(1)						
Dados dos Investimentos																			
Capital social	600	20.000	36.067	7.963	719	47.099	6.930	3.279	4.369	100.000	2.424	254.850	20.642	4.000	3.000	37.430	8.000		
Patrimônio líquido ajustado	600	252.912	71.938	4.291	258	47.283	34.392	1.146	(11.042)	197.179	936	286.774	68.787	15.007	5.281	37.052	4.128		
Ações ou quotas possuídas	1.830	499.953	50.000	1	4.000	75	100.000	1.400.000	1	100.000	1	4.925.530	3.011.659	1	3.450.103	19.980	8.000		
% de participação	65,00	99,99	100,00	100,00	99,99	75,00	100,00	100,00	70,00	100,00	100,00	100,00	3,61	99,99	99,99	99,90	99,90		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	57.735	16.175	(3.516)	(183)	477	4.722	1.048	581	24.380	(631)	4.854	13.109	187	249	(269)	(2.548)		
Movimentação dos investimentos																			
Saldo inicial:																			
Pelo valor patrimonial	-	195.167	70.001	6.616	506	47.375	32.139	216	(6.795)	178.402	1.519	-	1.738	14.820	5.032	(58)	(334)	546.344	434.163
Integralização de capital	390	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.343	7.002	44.735	2.596
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.899	-	-	-	-	-	237.899	41.553
Dividendos recebidos	-	-	(4.470)	-	-	-	-	-	-	(5.790)	-	(1.450)	-	-	(60)	-	-	(11.770)	(11.999)
Resultado de equivalência patrimonial	-	57.732	16.175	(3.516)	(183)	477	4.722	1.048	390	24.380	(631)	4.854	477	187	249	(269)	(2.544)	103.548	73.058
Ajustes acumulados de conversão	-	-	6.095	1.191	(65)	(569)	(2.469)	(118)	(1.324)	-	48	45.471	268	-	-	-	-	48.528	16.382
Ganhos/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187	-	-	-	-	-	-	-	187	(187)
Transferências	-	-	(15.863)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.863)	-
Redução capital	-	-	-	-	-	-	-	-	7.729	-	-	-	-	-	-	-	-	7.729	(9.222)
Saldo final:																			
Pelo valor patrimonial	390	252.899	71.938	4.291	258	47.283	34.392	1.146	-	197.179	936	286.774	2.483	15.007	5.221	37.016	4.124	961.337	546.344
(1)	Empreendimentos no exterior.																		
(2)	Esta empresa foi extinta em dezembro de 2013.																		

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Coligadas:

	Coligadas						
	Total						
	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	2013	2012
		(1)					
Dados dos investimentos							
Capital social	34.011	465	15.000	1.000	6.100		
Patrimônio líquido ajustado	70.967	(1.388)	35.066	(4.836)	7.457		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	26.685	(200)	16.145	(5.836)	1.293		
Movimentação dos investimentos							
Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial	11.513	873	13.186	-	2.239	27.811	21.577
Aquisição de participação	-	-	-	250	-	250	873
Dividendos recebidos	-	-	(5.600)	-	(390)	(5.990)	(4.100)
Resultado de equivalência patrimonial	6.938	(266)	6.458	(1.459)	388	12.059	9.390
Ajustes acumulados de conversão	-	(52)	(18)	-	-	(70)	71
Saldos finais:							
Pelo valor patrimonial	18.451	555	14.026	(1.209)	2.237	34.060	27.811
(1) Empreendimento no exterior.							

(b) Contrato de investimento estratégico

A Marcopolo informa que concluiu o contrato de investimento estratégico no valor de C\$116,4 milhões (dólares canadenses) com a subscrição de 11.087.834 novas ações ordinárias emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa companhia.

As ações ordinárias foram emitidas ao preço de C\$10,50 por ação. Na primeira etapa a Marcopolo subscreveu 4.925.530 novas ações ordinárias emitidas em 08 de fevereiro de 2013 pelo valor de C\$51,7 milhões, e as demais 6.162.304 ações ordinárias foram subscritas pela Marcopolo pelo mesmo preço unitário em uma única parcela em 21 de junho de 2013 no montante C\$64,7 milhões.

Com a aquisição do investimento, o ágio remanescente, convertido em Reais em 31 de dezembro de 2013, foi mensurado em R\$ 69.551.

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e construções</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de computação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilização em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2012	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Adições	3.370	13.137	14.738	1.046	4.291	500	-	11.342	48.424
Baixas	-	(68)	(755)	(32)	(206)	(35)	-	(1)	(1.097)
Transferências	-	998	900	348	(7)	-	-	(2.239)	-
Depreciações	-	(1.907)	(10.283)	(433)	(1.553)	(470)	-	-	(14.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>17.871</u>	<u>65.996</u>	<u>75.110</u>	<u>3.470</u>	<u>6.211</u>	<u>2.151</u>	<u>98</u>	<u>19.677</u>	<u>190.584</u>
Custo do imobilizado	17.871	130.147	171.498	7.773	14.803	4.643	98	19.677	366.510
Depreciação acumulada	-	(64.151)	(96.388)	(4.303)	(8.592)	(2.492)	-	-	(175.926)
Valor residual	<u>17.871</u>	<u>65.996</u>	<u>75.110</u>	<u>3.470</u>	<u>6.211</u>	<u>2.151</u>	<u>98</u>	<u>19.677</u>	<u>190.584</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.871	65.996	75.110	3.470	6.211	2.151	98	19.677	190.584
Adições	200	9.763	17.808	1.255	2.418	1.275	-	17.713	50.432
Baixas	-	(53)	(747)	(18)	(10)	(22)	-	-	(850)
Transferências	-	11.504	466	-	4	-	-	(11.974)	-
Depreciações	-	(2.642)	(13.893)	(542)	(1.780)	(459)	-	-	(19.316)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>18.071</u>	<u>84.568</u>	<u>78.744</u>	<u>4.165</u>	<u>6.843</u>	<u>2.945</u>	<u>98</u>	<u>25.416</u>	<u>220.850</u>
Custo do imobilizado	18.071	151.153	186.328	8.933	16.934	5.784	98	25.416	412.717
Depreciação acumulada	-	(66.585)	(107.584)	(4.768)	(10.091)	(2.839)	-	-	(191.867)
Valor residual	<u>18.071</u>	<u>84.568</u>	<u>78.744</u>	<u>4.165</u>	<u>6.843</u>	<u>2.945</u>	<u>98</u>	<u>25.416</u>	<u>220.850</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 1 ^a de janeiro de 2012 (*)	19.239	79.700	94.560	6.318	4.255	3.264	2.131	28.336	237.803
Efeito cambial	47	317	2.573	116	(3)	188	245	6	3.489
Adições	3.370	13.658	41.216	1.743	4.614	2.276	1.548	17.019	85.444
Baixas	-	(289)	(776)	(45)	(208)	(163)	(3)	(19)	(1.503)
Transferências	-	998	900	348	(7)	-	-	(2.239)	-
Depreciações	-	(3.459)	(18.554)	(998)	(1.708)	(921)	(785)	-	(26.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (*)	<u>22.656</u>	<u>90.925</u>	<u>119.919</u>	<u>7.482</u>	<u>6.943</u>	<u>4.644</u>	<u>3.136</u>	<u>43.103</u>	<u>298.808</u>
Custo do imobilizado	22.656	170.027	273.819	14.428	16.758	8.886	7.646	43.103	557.323
Depreciação acumulada	-	(79.102)	(153.900)	(6.946)	(9.815)	(4.242)	(4.510)	-	(258.515)
Valor residual	<u>22.656</u>	<u>90.925</u>	<u>119.919</u>	<u>7.482</u>	<u>6.943</u>	<u>4.644</u>	<u>3.136</u>	<u>43.103</u>	<u>298.808</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (*)	22.656	90.925	119.919	7.482	6.943	4.644	3.136	43.103	298.808
Efeito cambial	(75)	(732)	528	(18)	-	187	447	912	1.249
Adições	200	12.642	30.466	2.679	3.122	3.275	863	24.678	77.925
Baixas	-	(61)	(2.699)	(400)	(310)	(867)	(122)	(1.341)	(5.800)
Transferências	-	27.605	466	-	4	-	-	(28.075)	-
Depreciações	-	(4.686)	(24.155)	(1.009)	(2.022)	(1.267)	(987)	-	(34.126)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>22.781</u>	<u>125.693</u>	<u>124.525</u>	<u>8.734</u>	<u>7.737</u>	<u>5.972</u>	<u>3.337</u>	<u>39.277</u>	<u>338.056</u>
Custo do imobilizado	22.781	209.268	299.034	16.470	19.000	11.206	9.567	39.277	626.603
Depreciação acumulada	-	(83.575)	(174.509)	(7.736)	(11.263)	(5.234)	(6.230)	-	(288.547)
Valor residual	<u>22.781</u>	<u>125.693</u>	<u>124.525</u>	<u>8.734</u>	<u>7.737</u>	<u>5.972</u>	<u>3.337</u>	<u>39.277</u>	<u>338.056</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

(*) Reapresentado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

13 **Ágio e intangível**

(a) **Síntese da movimentação do intangível da controladora**

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas registradas e licenças</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2012	9.480	94	9.574
Adições	2.640	6	2.646
Baixas	(51)	-	(51)
Amortizações	<u>(7.361)</u>	<u>(27)</u>	<u>(7.388)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.708</u>	<u>73</u>	<u>4.781</u>
Custo do intangível	46.092	1.223	47.315
Amortização acumulada	<u>(41.384)</u>	<u>(1.150)</u>	<u>(42.534)</u>
Valor residual	<u>4.708</u>	<u>73</u>	<u>4.781</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.708	73	4.781
Adições	2.163	-	2.163
Baixas	(3)	-	(3)
Amortizações	<u>(1.837)</u>	<u>(18)</u>	<u>(1.855)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>5.031</u>	<u>55</u>	<u>5.086</u>
Custo do intangível	48.242	1.223	49.465
Amortização acumulada	<u>(43.211)</u>	<u>(1.168)</u>	<u>(44.379)</u>
Valor residual	<u>5.031</u>	<u>55</u>	<u>5.086</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas registradas e licenças</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Outros Intangíveis</u>	<u>Ágios</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (*)	9.958	93	-	-	65.453	75.504
Efeito cambial	9	-	433	1.602	15.112	15.564
Adições	3.164	7	-	537	128.270	131.978
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Transferências	-	-	16.947	7.376	(24.323)	-
Amortizações	(7.545)	(27)	(3.234)	(122)	-	(10.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (*)	<u>5.535</u>	<u>73</u>	<u>14.146</u>	<u>9.393</u>	<u>184.512</u>	<u>213.659</u>
Custo do intangível	47.750	1.223	17.361	9.516	184.512	260.351
Amortização acumulada	(42.205)	(1.150)	(3.215)	(123)	-	(46.693)
Valor residual	<u>5.535</u>	<u>73</u>	<u>14.146</u>	<u>9.393</u>	<u>184.512</u>	<u>213.659</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (*)	5.535	73	14.146	9.393	184.512	213.659
Efeito cambial	177	-	(4)	(352)	4.536	4.357
Adições	5.291	-	-	61	64.220	69.572
Baixas	(5)	-	(597)	-	(12.892)	(13.494)
Amortizações	(2.210)	(18)	(3.418)	(449)	-	(6.095)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>8.788</u>	<u>55</u>	<u>10.127</u>	<u>8.653</u>	<u>240.376</u>	<u>267.999</u>
Custo do intangível	53.215	1.222	16.626	9.366	240.376	320.805
Amortização acumulada	(44.427)	(1.167)	(6.499)	(713)	-	(52.806)
Valor residual	<u>8.788</u>	<u>55</u>	<u>10.127</u>	<u>8.653</u>	<u>240.376</u>	<u>267.999</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0	8,3	25,0	10,0		

(*) Reapresentado

(c) Teste de ágio para verificação de *impairment*

(i) Ágio dos empreendimentos controlados em conjunto – San Marino e Loma

Composto pelos ágios gerados na aquisição dos investimentos na San Marino e na Loma nos montantes de R\$ 65.453, sendo R\$ 35.002 na San Marino e R\$ 30.451 na Loma.

As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento.

A média das premissas utilizadas no cálculo nas unidades geradoras de caixa são as seguintes:

	<u>San Marino</u>		<u>Loma</u>	
			<u>Percentual</u>	
<u>Testes do ágio para verificação de impairment</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta orçada	16,80	17,20	21,90	19,60
Taxa de crescimento esperado	7,20	18,70	3,40	23,70
Taxa de desconto	8,71	9,10	22,95	9,10

(ii) Ágio da controlada - Volgren

Com a aquisição da controlada – Volgren Austrália Pty Limited, o ágio foi mensurado em R\$ 119.059, que no exercício de 2013 registrou uma baixa por *impairment* no montante de R\$ 12.892 calculados com premissas utilizadas para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento.

14 Partes relacionadas

(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Saldos ativos por mútuo e conta-corrente</u>	<u>Saldos passivos por mútuo e conta-corrente</u>	<u>Contas a receber por vendas</u>	<u>Contas a pagar por compras</u>	<u>Vendas de produtos/serviços</u>	<u>Compras de produtos/serviços</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Ciferal	-	-	13.798	90	76.911	1.278	107	-
GB Polo	24.462	-	2.273	-	259	-	443	-
Ilmot	296	-	-	-	-	-	9	-
Loma Hermosa	-	-	15.927	-	22.740	-	-	-
Mac	-	-	4.545	-	4.681	-	-	-
Mapla	-	20	-	160	-	-	-	-
Masa	-	-	12.516	-	26.519	-	-	-
Moneo	6	-	-	-	2	-	1	-
Mpt	-	-	-	-	-	-	1	-
MVC	-	-	174	1.266	979	14.808	-	-
Polomex	-	-	17.060	-	64.528	-	-	-
Polorus	478	-	-	-	-	1.026	-	-
San Marino	-	-	-	39	270	-	-	-
Setbus	1.060	-	-	396	-	2.078	53	-
Spheros	-	-	-	2.713	-	51.564	-	-
Superpolo	-	-	1.054	-	9.024	-	-	-
TMML	-	-	6.243	-	3.119	-	-	-
Volare Veículos	-	-	-	-	-	-	1	-

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Volare Comércio	1	-	14.279	-	20.173	-	25	-
Wsul	36	-	-	537	-	8.946	-	-
Saldo em 2013	26.339	20	87.869	5.201	229.205	79.700	640	-
Saldo em 2012	36.942	20	48.549	4.551	154.763	62.150	375	3

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2013				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	9.256	7.241	206	105	16.808
Diretores não estatutários	6.479	5.195	224	196	12.094
	15.735	12.436	430	301	28.902

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram exercidas as opções de compra de 159.705 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 11,05 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

	2012				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	9.420	7.570	153	256	17.399
Diretores não estatutários	5.870	4.718	187	506	11.281
	15.290	12.288	340	762	28.680

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram exercidas as opções de compra de 388.800 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 6,75 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012 Reapresentado
Moeda nacional						
FINAME	6,67	2014 a 2023	11.349	12.067	13.110	13.112
Empréstimos bancários	9,37	2014 a 2021	68	929	68	1.323
FINEP	4,49	2014 a 2020	167.527	118.034	167.527	118.034
Pré-embarque especial (*)	5,50	2016	200.836	360.282	200.836	360.282
Notas de créditos exportação - Compulsório	5,50	2016	402.286	-	402.286	-
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,48	2018	14.088	52.883	14.088	53.471
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2,89	2018	211.994	14.836	211.994	14.836
Notas de créditos exportação - USD	3,00	2018	46.893	-	46.893	-
Financiamento em randes	8,50	2014	-	-	23	30
Financiamento em renminbi	5,95	2014	-	-	21.360	10.846
Financiamento em dólares australianos	3,55	2014 a 2015	-	-	68.160	63.687
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	20	20	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.055.061	559.051	1.146.345	635.621
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré fixadas	1,51	2021	-	-	511.833	333.559
BNDES – Operações Pós fixadas	TJLP + 1,48	2021	-	-	177.581	281.285
Subtotal de captações no mercado aberto			-	-	689.414	614.844
Total de empréstimos e financiamentos			1.055.061	559.051	1.835.759	1.250.465
Passivo circulante			(57.502)	(452.445)	(367.145)	(722.468)
Passivo não circulante			997.559	106.606	1.468.614	527.997

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
De 13 a 24 meses	47.895	22.895	227.543	187.352
De 25 a 36 meses	911.115	62.047	1.188.619	318.980
Após 36 meses	38.549	21.664	52.452	21.665
	997.559	106.606	1.468.614	527.997

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 13.110 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 13.112 em 31 de dezembro de 2012) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis no valor de R\$ 15.800 e fianças bancárias. A Companhia mantém contratos de financiamentos que possuem cláusulas restritivas “Covenants”, as quais estão sendo atendidas.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	<u>Valor de face (futuro)</u>		<u>Valor justo (presente)</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
De 1 a 12 meses	234.053	217.468	219.636	194.334
De 13 a 24 meses	187.765	179.057	179.165	164.158
De 25 a 36 meses	148.997	126.375	145.070	118.264
Após 36 meses	<u>146.908</u>	<u>142.365</u>	<u>145.543</u>	<u>138.088</u>
	<u>717.723</u>	<u>665.265</u>	<u>689.414</u>	<u>614.844</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

		Controladora	
		2013	2012
Natureza da provisão		Provável	Possível
Cível	964	133	181
Trabalhista	4.757	9.131	2.314
Tributário	6.158	68.219	4.108
	<u>11.879</u>	<u>77.483</u>	<u>6.603</u>
			<u>156.663</u>
		Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado
Natureza da provisão		Provável	Possível
Cível	964	595	181
Trabalhista	7.178	9.131	4.503
Tributário	6.352	96.780	11.665
	<u>14.494</u>	<u>106.506</u>	<u>16.349</u>
			<u>176.055</u>
		Controladora	Consolidado
			Reapresentado
Depósitos judiciais		2013	2012
Cível	981	964	981
Trabalhista	496	319	1.886
Tributário	4.642	4.564	9.541
	<u>6.119</u>	<u>5.847</u>	<u>12.408</u>
			<u>12.048</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisonadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS - transferências de créditos (i)	3.145	3.144	3.145	3.144
COFINS - majoração de alíquota (ii)	-	-	-	7.362
INSS – incidência sobre serviços prestados no exterior (iii)	3.013	-	3.013	-
Outras contingências de menor valor	-	964	194	1.159
	<u>6.158</u>	<u>4.108</u>	<u>6.352</u>	<u>11.665</u>

- (i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.
(ii) Contingência relativa à COFINS – majoração da alíquota, levada a efeito pela Lei 9.718/98. Provisão revertida contabilmente em face de parecer jurídico e decisões dos tribunais superiores, cuja perspectiva de perda desta contingência é considerada possível.
(iii) Contingência relativa à INSS – Discussão quanto à incidência do INSS patronal sobre serviços prestados por empregados no exterior.

. Não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações	5.575	5.156	5.575	5.156
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.200	2.035	2.200	2.035
IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via <i>tradings</i> (i)	20.954	114.083	20.954	114.083
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (ii)	20.293	12.089	20.293	12.089
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (iii)	-	-	16.122	13.866
ICMS – documentos fiscais inidôneos (iv)	11.071	10.808	11.071	10.808
ISS - serviços tomados de terceiros	3.425	3.168	3.425	3.168
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.701	4.549	4.701	4.549
Outras contingências de menor valor	-	-	12.439	5.064
	<u>68.219</u>	<u>151.888</u>	<u>96.780</u>	<u>170.818</u>

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via *tradings* controladas localizadas em centros *off-shore*, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em setembro de 2011, em julgamento dos processos relativos aos anos-calendário de 2001-2007, o CARF, por unanimidade, deu provimento ao recurso da empresa, cancelando integralmente os autos de infração. Em julho de 2012 a decisão acima referida foi confirmada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os processos em relação aos anos-calendário de 2001 a 2007 já transitaram em julgado.

- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à

tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 28.340 (R\$ 19.972 em 31 de dezembro de 2012) a controlada, cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza do ativo	Consolidado			
	2013		2012	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	9.677	9.040	9.605	8.550
Previdenciário	-	2.006	-	1.855
	<u>9.677</u>	<u>11.046</u>	<u>9.605</u>	<u>10.405</u>

(i) Contingências tributárias ativas

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias ativas

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o transito em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2013 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 10.695 (R\$ 9.670 em 2012). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(182.605)	(231.722)	(184.084)	(233.440)
Valor justo dos ativos do plano	185.614	188.665	187.111	190.072
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	<u>(3.009)</u>	<u>-</u>	<u>(3.027)</u>	<u>-</u>
Passivo a ser reconhecido	<u>-</u>	<u>(43.057)</u>	<u>-</u>	<u>(43.368)</u>

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2013.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro	(43.057)	388	(43.368)	388
Contribuições dos participantes do plano	9.668	8.497	9.788	8.602
Perdas (ganhos) atuariais	33.389	(51.586)	33.580	(51.871)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	-	(356)	-	(487)
Em 31 de dezembro	-	(43.057)	-	(43.368)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro	188.665	160.291	190.072	160.291
Contribuição dos patrocinadores	9.668	8.497	9.788	8.602
Contribuição dos empregados	517	559	525	569
Benefícios pagos	(8.061)	(6.475)	(8.061)	(6.475)
Retorno esperado dos ativos do plano	(5.175)	26.578	(5.213)	27.870
Ganhos (perdas) atuariais	-	(785)	-	(785)
Em 31 de dezembro	185.614	188.665	187.111	190.072

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro	231.722	159.903	233.440	159.903
(Ganhos) perdas atuariais	(67.386)	57.873	(68.007)	59.352
Custo dos serviços correntes	6.107	4.134	6.333	4.283
Custo financeiro	19.706	15.728	19.854	15.808
Contribuições dos empregados	517	559	525	569
Benefícios pagos	(8.061)	(6.475)	(8.061)	(6.475)
Em 31 de dezembro	182.605	231.722	184.084	233.440

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos serviços correntes	6.107	4.134	6.333	4.283
Custo financeiro	3.282	15.728	3.303	15.808
Retorno esperado sobre os ativos do plano	-	(19.894)	-	(19.997)
Total incluído nos custos de pessoal	<u>9.389</u>	<u>(32)</u>	<u>9.636</u>	<u>94</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• **Hipóteses econômicas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Taxa de desconto (*)	12,27	8,64	12,27	8,64
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,27	8,64	12,27	8,64
Aumentos salariais futuros	8,56	7,63	8,56	7,63
Inflação	5,40	4,50	5,40	4,50

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 5,40% a.a. mais juros 6,52%a.a para o ano de 2013 (inflação de 4,50%a.a. mais juros de 3,96%a.a. para o ano de 2012).

• **Hipóteses demográficas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

• **Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades**

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (12,27% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2013.

- Total	182.605
---------	---------

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2013.

		<u>Análise de Sensibilidade</u>	<u>Efeito no VPO</u>
Taxa de desconto	13,27%	1% de aumento	(19.099)
Taxa de desconto	11,27%	1% de redução	23.487

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas na análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
				Reapresentado
Ativo				
Provisão para assistência técnica	17.925	19.753	20.547	23.877
Provisão para comissões	30.871	26.595	34.784	30.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.852	1.004	33.644	37.461
Provisão para participação nos resultados	31.935	26.636	37.233	30.973
Provisão para contingências	10.915	6.603	17.012	16.349
Provisão sobre avais com terceiros	-	704	-	704
Provisão para perdas nos estoques	692	417	692	5.742
Provisão para serviços de terceiros	15.114	16.583	15.114	16.583
Benefícios a empregados	-	43.057	-	43.368
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	(128)	(3.380)	(128)	(3.442)
Ajuste a valor presente	1.596	2.908	1.975	2.908
Depreciação fiscal	(27.212)	(21.255)	(34.428)	(25.078)
Outras provisões	4.005	2.587	28.508	11.795
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	32
Base de cálculo	87.565	122.212	154.953	191.694
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>29.772</u>	<u>41.552</u>	<u>52.684</u>	<u>65.176</u>

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
				Reapresentado
De 13 a 24 meses	<u>29.772</u>	<u>41.552</u>	<u>52.684</u>	<u>65.176</u>
	<u>29.772</u>	<u>41.552</u>	<u>52.684</u>	<u>65.176</u>

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
				Reapresentado
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	334.508	351.639	390.249	400.924
Alíquota nominal - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
	<u>113.733</u>	<u>119.557</u>	<u>132.685</u>	<u>136.314</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(39.817)	(32.183)	(8.495)	(9.607)
Juros sobre capital próprio	(21.288)	(21.436)	(21.288)	(21.436)
Incentivo fiscal PDI (i)	(11.220)	(9.078)	(11.220)	(9.078)
Participação dos administradores	(2.462)	(2.574)	(2.462)	(2.574)
IR/CS sobre resultados no Exterior	(566)	(578)	(566)	(578)
Outras adições (exclusões)	<u>7.419</u>	<u>1.946</u>	<u>9.478</u>	<u>5.526</u>
	<u>45.799</u>	<u>55.654</u>	<u>98.132</u>	<u>98.567</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(48.658)	(60.830)	(85.640)	(97.994)
Diferido	<u>2.859</u>	<u>5.176</u>	<u>(12.492)</u>	<u>(573)</u>
	<u>45.799</u>	<u>55.654</u>	<u>98.132</u>	<u>98.567</u>

(i) Incentivo – Programa de desenvolvimento industrial.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 869.900.084 (869.900.084 em 31 de dezembro de 2012) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 555.274.340 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 292.982.086 (294.485.400 em 31 de dezembro de 2012) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 4.134.874 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,2623 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 17.624. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 62.612 (R\$ 63.046 em 2012) sendo R\$ 15.661 pagos a partir de 28 de junho de 2013, na razão de R\$ 0,017 para cada ação, R\$ 15.661 pagos a partir de 30 de setembro de 2013, na razão de R\$ 0,017 para cada ação, R\$ 15.662 pagos a partir de 28 de dezembro de 2013, na razão de R\$ 0,017 para cada ação e R\$ 15.628 a serem pagos a partir de 31 de março de 2014, na razão de R\$ 0,017 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 21.288 (R\$ 21.436 em 2012), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Marcopolo propôs dividendos por conta do presente exercício, no valor de R\$ 5.956 (R\$ 80.040 em 2012) a serem pagos a partir de 31 de março de 2014.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	288.709	295.985
Reserva legal (5%)	<u>(14.435)</u>	<u>(14.799)</u>
Base de cálculo para dividendos	274.274	281.186
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	68.568	70.296
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	<u>-</u>	<u>72.790</u>
Total de dividendos propostos pela Administração	<u>68.568</u>	<u>143.086</u>
Dividendos intermediários pagos	48.173	48.676
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – passivo circulante	20.395	21.620
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	<u>-</u>	<u>72.790</u>
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	62.612	63.046
Imposto de renda na fonte (15%)	(9.392)	(9.457)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	<u>2.496</u>	<u>2.540</u>
Valor líquido dos juros creditados	55.716	56.129
Dividendos creditados antecipadamente	<u>-</u>	<u>80.040</u>
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	<u>61.672</u>	<u>136.169</u>

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta

do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	332.129	288.907
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	572.257	419.864
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	9.148	6.501
		<u>913.534</u>	<u>715.272</u>

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2013, avais e/ou fianças no montante de R\$ 21.583 (R\$ 11.047 em 2012), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2013 uma parcela, e o saldo em fevereiro de 2014.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 25 de março de 2013, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Custo dos produtos e serviços vendidos	31.804	28.236	37.996	33.158
Despesas com vendas	4.952	4.075	4.969	4.088
Despesas de administração	<u>4.886</u>	<u>3.557</u>	<u>7.706</u>	<u>4.967</u>
	<u>41.642</u>	<u>35.868</u>	<u>50.671</u>	<u>42.213</u>

24

Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Vendas brutas de produtos e serviços	3.280.840	3.062.488	4.464.320	4.149.157
Impostos sobre vendas e devoluções	(657.679)	(639.819)	(805.011)	(779.218)
Receita líquida	<u>2.623.161</u>	<u>2.422.669</u>	<u>3.659.309</u>	<u>3.369.939</u>

25

Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Matérias-primas e materiais de consumo	1.874.502	1.802.541	2.463.207	2.373.882
Remuneração direta	331.582	280.116	507.845	437.778
Remuneração dos administradores	16.244	17.436	16.244	17.436
Participação dos empregados nos lucros e resultados	41.642	35.868	50.671	42.213
Encargos de depreciações e amortizações	21.171	22.034	40.221	37.354
Despesas com previdência privada	10.693	9.670	10.770	9.670
Outras despesas	<u>85.954</u>	<u>13.902</u>	<u>193.529</u>	<u>105.005</u>
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas.	<u>2.381.788</u>	<u>2.181.567</u>	<u>3.282.487</u>	<u>3.023.338</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	9.567	12.563	14.232	15.203
Juros sobre derivativos	8.635	14.606	8.686	17.285
Rendas de aplicações financeiras	49.015	54.118	57.473	59.203
Variação cambial	61.052	48.478	68.330	50.198
Variação cambial sobre derivativos	16.618	25.941	16.816	28.121
Ajuste a valor presente de contas a receber	23.567	23.417	30.604	30.943
	<u>168.454</u>	<u>179.123</u>	<u>196.141</u>	<u>200.953</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(46.674)	(35.464)	(55.488)	(41.839)
Variação cambial	(75.606)	(46.801)	(82.080)	(53.626)
Variação cambial sobre derivativos	(29.278)	(47.048)	(30.800)	(53.756)
Despesas bancárias	(3.162)	(4.327)	(4.705)	(5.242)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(23.551)	(17.168)	(27.712)	(20.879)
	<u>(178.271)</u>	<u>(150.808)</u>	<u>(200.785)</u>	<u>(175.342)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.817)</u>	<u>28.315</u>	<u>(4.644)</u>	<u>25.611</u>

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	288.709	295.985	292.117	302.357
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	892.765	894.304	892.765	894.304
Lucro por ação	0,3234	0,3310	0,3272	0,3381

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o

exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	288.709	295.985	292.117	302.357
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	892.765	894.304	892.765	894.304
Ajustes de				
Exercício das opções de compra de ações	4.135	2.596	4.135	2.596
Lucro por ação	0,3219	0,3300	0,3257	0,3371

28 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado		Reapresentado			
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	624.717	374.219	590.526	339.838	34.191	34.381
Ativos financeiros mensurados ao valor junto através do resultado	143.702	131.840	143.702	131.840	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	978	3.446	978	3.446	-	-
Créditos	1.166.496	1.069.324	863.361	809.130	302.865	260.194
Estoques	447.456	364.529	447.456	364.529	-	-
Outras contas a receber	141.498	143.970	99.989	106.208	41.509	37.762
	<u>2.524.847</u>	<u>2.087.328</u>	<u>2.146.282</u>	<u>1.754.991</u>	<u>378.565</u>	<u>332.337</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor junto através do resultado	26.037	22.130	26.037	22.130	-	-
Créditos	521.400	471.235	-	-	521.400	471.235
Outras contas a receber	67.590	80.309	63.421	73.871	4.169	6.438
Investimentos	371.911	155.954	371.911	155.954	-	-
Imobilizado	338.056	298.808	337.364	298.411	692	397
Ágio e intangível	267.999	213.659	267.431	213.317	568	342
	<u>1.592.993</u>	<u>1.242.095</u>	<u>1.066.164</u>	<u>763.683</u>	<u>526.829</u>	<u>478.412</u>
Total do ativo	<u><u>4.117.840</u></u>	<u><u>3.329.423</u></u>	<u><u>3.212.446</u></u>	<u><u>2.518.674</u></u>	<u><u>905.394</u></u>	<u><u>810.749</u></u>
Passivo						

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado		Reapresentado			
Circulante						
Fornecedores	308.165	333.431	308.165	333.431	-	-
Empréstimos e financiamentos	367.145	722.468	147.509	528.134	219.636	194.334
Instrumentos financeiros derivativos	467	247	467	247	-	-
Outras contas a pagar	379.441	317.739	359.941	299.828	19.500	17.911
	<u>1.055.218</u>	<u>1.373.885</u>	<u>816.082</u>	<u>1.161.640</u>	<u>239.136</u>	<u>212.245</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	1.468.614	527.997	998.836	107.487	469.778	420.510
Outras contas a pagar	60.017	115.097	60.017	114.786	-	311
	<u>1.528.631</u>	<u>643.094</u>	<u>1.058.853</u>	<u>222.273</u>	<u>469.778</u>	<u>420.821</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>18.095</u>	<u>12.519</u>	<u>18.095</u>	<u>12.519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	<u>1.515.896</u>	<u>1.299.925</u>	<u>1.319.416</u>	<u>1.122.242</u>	<u>196.480</u>	<u>177.683</u>
Total do passivo	<u><u>4.117.840</u></u>	<u><u>3.329.423</u></u>	<u><u>3.212.446</u></u>	<u><u>2.518.674</u></u>	<u><u>905.394</u></u>	<u><u>810.749</u></u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado		Reapresentado			
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.659.309	3.369.939	3.603.489	3.308.766	55.820	61.173
Custo dos produtos vendidos	(2.928.774)	(2.676.953)	(2.928.774)	(2.676.953)	-	-
Lucro bruto	730.535	692.986	674.715	631.813	55.820	61.173
(Despesas) receitas operacionais						
Com vendas	(179.890)	(195.562)	(179.890)	(192.615)	-	(2.947)
Despesas de administração	(173.823)	(150.823)	(159.593)	(138.247)	(14.230)	(12.576)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.913)	455	(6.427)	2.080	(486)	(1.625)
Resultado da equivalência patrimonial	24.984	28.257	24.984	28.257	-	-
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	394.893	375.313	353.789	331.288	41.104	44.025
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	196.141	200.953	196.141	200.953	-	-
Despesas financeiras	(200.785)	(175.342)	(200.785)	(175.342)	-	-
Lucro antes do IR e CSLL	390.249	400.924	349.145	356.899	41.104	44.025
Imposto renda e contribuição social	(98.132)	(98.567)	(81.435)	(80.296)	(16.697)	(18.271)
Lucro líquido do exercício	<u><u>292.117</u></u>	<u><u>302.357</u></u>	<u><u>267.710</u></u>	<u><u>276.603</u></u>	<u><u>24.407</u></u>	<u><u>25.754</u></u>

Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	Reapresentado		Reapresentado			
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	292.117	302.357	267.710	276.603	24.407	25.754
Fluxos de atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	40.221	37.354	39.915	37.115	306	239
Perda na venda de ativos permanentes	13.651	439	13.651	439	-	-
Equivalência patrimonial	(24.984)	(28.257)	(24.984)	(28.257)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.820)	12.178	(2.732)	12.794	(4.088)	(616)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	98.132	98.567	81.435	80.296	16.697	18.271
Juros e variações apropriados	73.454	52.417	50.001	19.215	23.453	33.202
Participações dos não controladores	4.157	2.328	4.157	2.328	-	-
Variação nos ativos e passivos						
(Aumento) contas a receber de clientes	(138.810)	(266.331)	(50.062)	(214.530)	(88.748)	(51.801)
(Aumento) títulos e valores mobiliários	(13.301)	(19.166)	(13.301)	(19.166)	-	-
(Aumento) nos estoques	(78.585)	(32.113)	(78.585)	(32.113)	-	-
(Aumento) redução outras contas a receber	16.580	(72.531)	18.058	(52.079)	(1.478)	(20.452)
Aumento (redução) fornecedores	(27.738)	52.153	(27.738)	52.153	-	-
Aumento (redução) passivos atuariais	(43.368)	43.368	(43.057)	43.057	(311)	311
Aumento (redução) contas a pagar e provisões	60.902	9.909	60.627	24.774	275	(14.865)
Caixa gerado nas atividades operacionais	265.608	192.672	295.095	202.629	(29.487)	(9.957)
Impostos sobre o lucro pagos	(85.640)	(97.994)	(71.085)	(83.926)	(14.555)	(14.068)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	179.968	94.678	224.010	118.703	(44.042)	(24.025)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(174.806)	(12.024)	(174.806)	(12.024)	-	-
Dividendos de subsidiárias	20.966	4.100	20.966	4.100	-	-
Adições de imobilizado	(77.925)	(85.444)	(77.455)	(85.356)	(470)	(88)
Adições de intangível	(69.572)	(131.978)	(69.216)	(131.831)	(356)	(147)
Recebimento na venda ativo imobilizado	598	1.044	598	1.044	-	-
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos	(300.019)	(224.302)	(299.193)	(223.475)	(826)	(235)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	(8.234)	5.266	(8.234)	5.266	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	1.411.199	443.196	1.123.885	196.081	287.314	247.115
Pagamento de empréstimos - principal	(838.326)	(609.792)	(625.954)	(407.101)	(212.372)	(202.691)
Pagamento de empréstimos - juros	(62.431)	(56.703)	(38.606)	(22.859)	(23.825)	(33.844)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(136.034)	(167.137)	(129.596)	(161.137)	(6.438)	(6.000)
Caixa líquido usado nas atividades de	366.174	(385.170)	321.495	(389.750)	44.679	4.580

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
financiamentos						
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa	4.375	1.516	4.375	1.516	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	250.498	(513.278)	250.688	(493.006)	(190)	(19.680)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	374.219	887.497	339.838	833.436	34.381	54.061
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	624.717	374.219	590.526	339.838	34.191	34.381

30 Demonstrações financeiras consolidadas e por segmento, conforme as novas normas e interpretações.

Considerando a entrada em vigor do IFRS10/CPC 36 (R3) e IFRS 11/CPC 19 (R2) a partir do exercício de 2013, a Companhia está demonstrando os efeitos antes da adoção desses novos *Standards* sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o ano de 2013.

	<u>Consolidado</u>		<u>Industrial</u>		<u>Financeiro</u>	
	<u>2013</u>		<u>2013</u>		<u>2013</u>	
	<u>Atual</u>	<u>Antes da adoção</u>	<u>Atual</u>	<u>Antes da adoção</u>	<u>Atual</u>	<u>Antes da adoção</u>
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	624.717	649.418	590.526	615.227	34.191	34.191
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	143.702	145.167	143.702	145.167	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	978	978	978	978	-	-
Créditos	1.166.496	1.248.762	863.631	945.897	302.865	302.865
Estoques	447.456	516.357	447.456	516.357	-	-
Outras contas a receber	141.498	183.994	99.989	142.485	41.509	41.509
	<u>2.524.847</u>	<u>2.744.676</u>	<u>2.146.282</u>	<u>2.366.111</u>	<u>378.565</u>	<u>378.565</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.037	-	26.037	-	-	-
Créditos	521.400	522.140	-	740	521.400	521.400
Outras contas a receber	67.590	78.385	63.421	74.216	4.169	4.169
Investimentos	371.911	244.040	371.911	244.040	-	-
Imobilizado	338.056	511.573	337.364	510.881	692	692
Ágio e intangível	267.999	279.130	267.431	278.562	568	568
	<u>1.592.993</u>	<u>1.635.268</u>	<u>1.066.164</u>	<u>1.108.439</u>	<u>526.829</u>	<u>526.829</u>
Total do ativo	4.117.840	4.379.944	3.212.446	3.474.550	905.394	905.394

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2013		2013		2013	
	Atual	Antes da adoção	Atual	Antes da adoção	Atual	Antes da adoção
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	308.165	349.644	308.165	349.644	-	-
Empréstimos e financiamentos	367.145	416.478	147.509	196.842	219.636	219.636
Instrumentos financeiros derivativos	467	467	467	467	-	-
Outras contas a pagar	379.441	446.732	359.941	427.232	19.500	19.500
	<u>1.055.218</u>	<u>1.213.321</u>	<u>816.082</u>	<u>974.185</u>	<u>239.136</u>	<u>239.136</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	1.468.614	1.561.012	998.836	1.091.234	469.778	469.778
Outras contas a pagar	60.017	71.620	60.017	71.620	-	-
	<u>1.528.631</u>	<u>1.632.632</u>	<u>1.058.854</u>	<u>1.162.854</u>	<u>469.778</u>	<u>469.778</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>18.095</u>	<u>18.095</u>	<u>18.095</u>	<u>18.095</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	<u>1.515.896</u>	<u>1.515.896</u>	<u>1.319.416</u>	<u>1.319.416</u>	<u>196.480</u>	<u>196.480</u>
Total do passivo	<u>4.117.840</u>	<u>4.379.944</u>	<u>3.212.446</u>	<u>3.474.550</u>	<u>905.394</u>	<u>905.394</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2013		2013		2013	
	Atual	Antes da adoção	Atual	Antes da adoção	Atual	Antes da adoção
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.659.309	4.174.895	3.603.489	4.119.075	55.820	55.820
Custo dos produtos vendidos	(2.928.774)	(3.356.525)	(2.928.774)	(3.356.525)	-	-
Lucro bruto	730.535	818.370	674.715	762.550	55.820	55.820
(Despesas) receitas operacionais						
Com vendas	(179.890)	(207.629)	(179.890)	(207.629)	-	-
Despesas de administração	(173.823)	(200.552)	(159.593)	(186.322)	(14.230)	(14.230)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.913)	(5.939)	(6.427)	(5.453)	(486)	(486)
Resultado da equivalência patrimonial	24.984	16.553	24.984	16.553	-	-
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	394.893	420.803	353.789	379.699	41.104	41.104
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	196.141	204.373	196.141	204.373	-	-
Despesas financeiras	(200.785)	(225.555)	(200.785)	(225.555)	-	-
Lucro antes do IR e CSLL	390.249	399.621	349.145	358.517	41.104	41.104
Imposto renda e contribuição social	(98.132)	(107.504)	(81.435)	(90.807)	(16.697)	(16.697)
Lucro líquido do exercício	<u>292.117</u>	<u>292.117</u>	<u>267.710</u>	<u>267.710</u>	<u>24.407</u>	<u>24.407</u>

31 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	Consolidado	
	2013	2012
		Reapresentado
Brasil	3.062.634	2.863.990
África	82.245	72.506
Austrália	304.404	259.732
China	41.972	35.414
Rússia	1.025	619
México	167.029	137.678
	<u>3.659.309</u>	<u>3.369.939</u>

(b) Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	Consolidado	
	2013	2012
		Reapresentado
Brasil	366.894	321.678
África	12.244	14.493
Austrália	137.933	159.331
China	4.021	3.631
Ilhas Virgens	1	3
México	84.916	13.242
Portugal	-	8
Rússia	4	45
Uruguai	42	36
	<u>606.055</u>	<u>512.467</u>

32 Medida provisória 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

33 Eventos subsequentes

De acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de fevereiro de 2014, foi aprovado o pagamento de dividendos por conta do exercício de 2013, no valor de R\$ 66.670, a serem pagos a razão de R\$ 0,075 por ação a partir de 31 de março de 2014. Os dividendos serão descontados das reservas de lucros destinadas no exercício de 2013.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURO GILBERTO BELLINI
Presidente

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO
Vice Presidente

LUCIANO MOISÉS BADO
Conselheiro

PAULO CEZAR DA SILVA NUNES
Conselheiro

FUAD JORGE NOMAN FILHO
Conselheiro

MANUELA CRISTINA LEMOS MARÇAL
Conselheira

MARIA LETÍCIA DE FREITAS COSTA
Conselheira

CARLOS ZIGNANI
Secretário

COMITÊ EXECUTIVO/DIRETORIA

PAULO BELLINI
Presidente Emérito/Membro Efetivo

MAURO GILBERTO BELLINI
Membro Efetivo - Coordenador

JOSÉ RUBENS DE LA ROSA
Diretor Geral

CARLOS ZIGNANI
Diretor de Relações com Investidores

CARLOS ALBERTO CASIRAGHI
Diretor do Negócio Ônibus

JOSÉ ANTONIO VALIATI
Diretor de Controladoria e Finanças

RUBEN ANTÔNIO BISI
Diretor de Estratégia e Desenvolvimento

ADEMAR BARONI
Contador CRC-RS 50.602

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Marcopolo S.A.

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marcopolo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Marcopolo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, item (a), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Marcopolo S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes da adoção das normas IFRS 10/CPC 36 (R3) – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 11/CPC 19 (R2) – “Negócios em conjunto”, descritos na nota 2.2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de fevereiro de 2012. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de

dezembro de 2013 examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A. em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 21.02.2014, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas”.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2014.

Francisco Sérgio Quintana da Rosa

Egon Handel

Augusto Marcos de Campos

MARCOPOLO S.A.
CNPJ nº 88.611.835/0001-29
Companhia Aberta
NIRC Nº. 43 3 0000723 5

D E C L A R A Ç Ã O

Os Srs. José Rubens de La Rosa, Carlos Zignani e José Antonio Valiati, Diretores da MARCOPOLO S.A., sociedade com sede na Avenida Marcopolo, nº 280, Bairro Planalto, nesta cidade de Caxias do Sul, RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.611.835/0001-29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do Artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Marcopolo S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; e
- b) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela KPMG Auditores Independentes, no Parecer dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Caxias do Sul, RS, 21 de fevereiro de 2014

José Rubens de La Rosa
Diretor

Carlos Zignani
Diretor de Relações com Investidores

José Antonio Valiati
Diretor

MARCOPOLO S.A.
C.N.P.J. nº 88.611.835/0001-29
NIRE nº 43 3 0000723 5
Companhia Aberta

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos (Comitê) da Marcopolo S.A. manifesta que, ao longo do ano de 2013, efetuou seis reuniões periódicas para análise de assuntos de sua competência. Nestas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: o acompanhamento do processo de auditoria independente, e das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos, a verificação quanto ao cumprimento de aspectos legais e regulamentares atinentes à elaboração das demonstrações financeiras, e a avaliação de temas fiscais relevantes encaminhados, bem como de eventuais denúncias de fraude.

Mais precisamente, foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo Comitê neste exercício:

- Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos;
- Análise do cronograma anual de atividades, sua execução, e dos relatórios preparados pela auditoria interna, por trabalhos realizados nas unidades no Brasil e no exterior;
- Gerenciamento das atividades destinadas à gestão de riscos na Empresa;
- Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna, com manifestação, quando pertinente, ao Conselho de Administração;
- Apreciação das Informações Trimestrais (ITRs) e das Demonstrações Financeiras Anuais da Empresa, em conjunto com a auditoria independente;
- Discussão de temas relacionados a contingências passivas e ativas, e no tocante à adequação das políticas internas, em especial quanto aos seguros, segurança da informação, de crédito, e avais concedidos.

Conclusão:

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a profundidade e a qualidade dos trabalhos realizados pelas auditorias, independente e interna, bem como o teor sem ressalvas do parecer dos auditores independentes, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Caxias do Sul, 21 de fevereiro de 2014.

Fuad Jorge Noman Filho
Coordenador